RECICLE A INFORMAÇÃO:
PASSE ESTE JORNAL A OUTRO LEITOR

@Verdade

www.verdade.co.mz

twitter.com/verdademz

Jornal **Gratuito**

Sexta-Feira 09 de Novembro de 2018 • Venda **Proibida** • Edição Nº 519 • Ano 11 • Fundador: **Erik Charas**

Pergunta à Tina

email
averdademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA DE SABER SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Acidentes de viação deixam 19 óbitos e 15 feridos nas estradas moçambicanas

Entre 27 de Outubro passado e 02 de Outubro corrente, os acidentes de viação causaram 19 óbitos e 15 feridos, dos quais 12 graves, disse o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

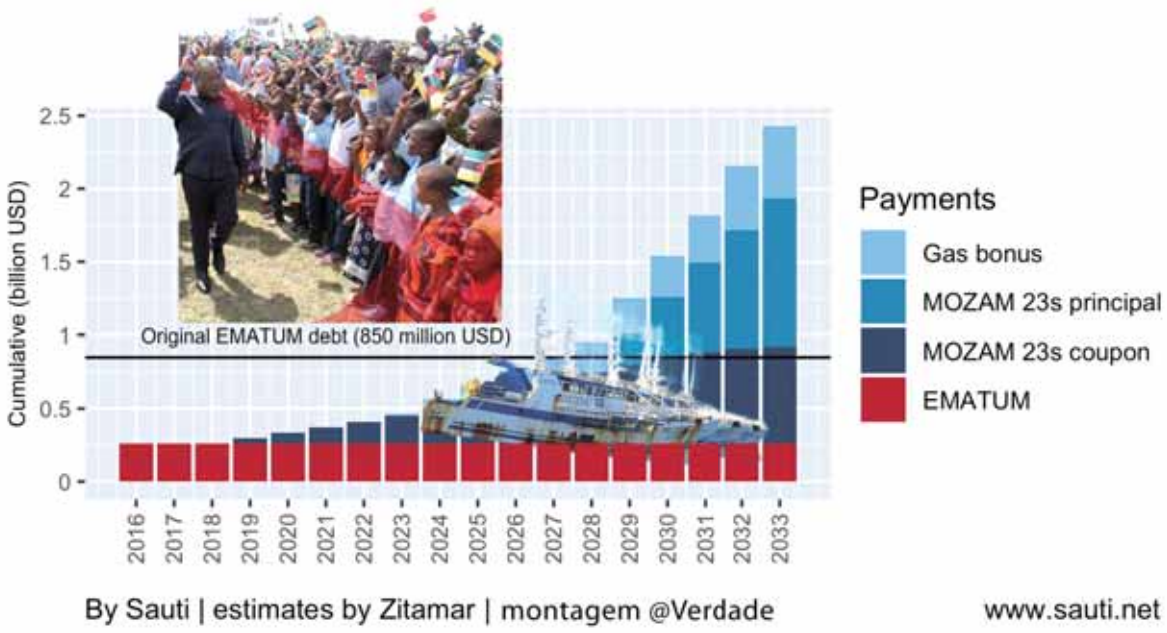
Texto: **Redacção**

Nesse intervalo, foram registados 20 sinistros rodoviários, contra 27 em igual período do ano passado. O excesso de velocidade e a má travessia de peões foram as principais causas, sendo os atropelamentos os que ocorreram e maior número.

A Polícia indica que, no período em alusão, 10 indivíduos foram detidos, acusados de condução ilegal, e outros 24 indiciados de suborno aos agentes da Polícia de Trânsito (PT).

Na mesma operação, que tinha em vista dissuadir desmandos na via pública, alguns dos quais acabam em derramamento de sangue e mortes, pelo menos 255 automobilistas ficaram sem as suas respectivas cartas devido a várias irregularidades.

Ministro Maleiane admite que prioridade são credores das dívidas ilegais e só depois o povo moçambicano; Governo pedia 50% de perdão aceitou 8,3%



Adriano Maleiane, tal e qual o seu antecessor, está a privilegiar negociar com os credores das dívidas ilegais antes de explicar e obter o consentimento dos moçambicanos sobre as novas Garantias Soberanas que o Governo pretende emitir e vão deixar pelo menos quatro gerações de moçambicanos endividados. "O Parlamento imagine que aprova e depois o credor não concorda" declarou quando confrontado pelo @Verdade. Ademais o ministro da Economia e Finanças que revelou que do perdão de 50 por cento dos juros em atraso Moçambique aceitou apenas 8,3 por cento, "eles cortaram 15 (milhões de dólares) vamos pagar 900(milhões de dólares norte-americanos).

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **Sauti / Zitamar / Arquivo**

continua Pag. 02 →

A verdade em cada palavra.

Autárquicas 2018: Frelimo não aceita que perdeu em Cuamba mas CC chumba seu recurso

O partido no poder, a Frelimo, contesta a vitória da Renamo na autarquia de Cuamba, província do Niassa, nas eleições de 10 de Outubro passado, alegadamente porque numa das mesas houve anomalias que viciaram o processo e pede repetição do escrutínio. O Conselho Constitucional (CC) desvaloriza, por sua vez, a apelação do partido pelas mesmas razões que levaram à não aceitação dos recursos da Renamo e do MDM, não observância do "princípio da impugnação prévia", na mesma de votação.

Texto: **Emildo Sambo**

No dia da votação, disse a Frelimo, a Polícia da República de Moçambique (PRM) efectuou disparos que levaram à fuga dos membros de mesa de voto e quando retornaram ao local de trabalho os boletins de voto tinham desaparecido. Por isso, exige a invalidação do processo.

Para o efeito, o partido no poder submeteu recurso ao CC mas este chumbou, por entender que não houve protesto, primeiro, na mesa de votação onde pretensamente aconteceram as irregularidades.

A Renamo venceu em Cuamba com 53,30% de votos, contra 39,45% da Frelimo, 6,52% do MDM e 0,76% do PDM, segundo dados do apuramento geral da Comissão Nacional de Eleições (CNE), já tornados público.

O CC chumbou o recurso da Frelimo, deitando, assim, por terra as suas pretensões de haver repetição do escrutínio na mesa onde acredita ter havido vícios. O órgão argumentou que "não encontrou nenhum elemento de prova que indica terem sido observados os procedimentos ditados pela Lei Eleitoral."

O número 4 do artigo 140 da Lei número 7/2018, de 3 de Agosto diz que o recurso é interposto ao Tribunal Judicial do Distrito onde os factos ocorreram, no prazo de 48 horas, a contar da fixação do edital que publica os resultados eleitorais, o que não foi observado pela Frelimo.

Aliás, o partido admite que não cumpriu esta formalidade processual porque os disparos a que se refere criaram um clima de tensão.

De acordo com a CNE, dos 53 municípios, a Frelimo ganhou em 44, a Renamo em oito, e o MDM em apenas um. Os resultados aguardam pela validação e proclamação pelo CC.

Governo estará a negociar outra hipoteca do gás do Rovuma com credores da Proindicus e MAM

O Governo de Filipe Nyusi estará a negociar hipotecar outra porção das receitas fiscais que Moçambique espera da exploração do gás na Bacia do Rovuma à favor dos credores da Proinducus e MAM, é 1,1 bilião de dólares que somado aos juros ascendia a 1,4 bilião caso as empresas a tivessem pago.

Texto: **Adérito Caldeira**

Inquirido pelo @Verdade sobre a proposta que o Governo apresentou aos credores das dívidas das empresas Proindicus e Mozambique Asset Managment (MAM), sindicada pelos bancos Credit Suisse e o VTB, o titular da Economia e Finanças escusou-se a dar detalhes.

"Neste momento não posso responder a isso porque cada grupo tem as suas particularidades e instrumentos diferentes, nós ainda estamos a discutir e no processo da discussão sempre há um acordo de confidencialidade, logo que a gente fechar vamos fazer o como o que foi feito em relação a esses quatro credores da dívida", declarou o ministro.

No entanto o @Verdade sabe que a proposta que o Executivo de Filipe Nyusi apresentou a estes credores é muito similar ao "acordo de princípios" alcançado com os credores da EMATUM.

O que está na mesa é a retoma do pagamento de juros em parcelas mais suaves esticando no entanto o período de amortização e o capital deverá ser pago depois de 2029, já com parte das receitas fiscais do gás que será explorado nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma. Sob o pretexto de tratamento igual e justo de todos os credores o Governa terá ainda proposto instrumentos de valorização também indexados às receitas fiscais do gás natural.

A Proindicus efectuou em 2016 a primeira amortização de capital e de juros, no montante global de 67.514.720 dólares, e tinha mais cinco prestações de juros e capital para saldar a sua dívida até 2021.

Por seu turno a MAM nunca chegou a efectuar nenhuma das quatro amortizações que estava previstas iniciar em 2016 para estarem concluídas em 2019.

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

continuação Pag. 01 - Ministro Maleiane admite que prioridade são credores das dívidas ilegais e só depois o povo moçambicano; Governo pedia 50% de perdão aceitou 8,3%

Tal como o Governo de Armando Guebuza decidiu e endividou o país sem o consentimento dos moçambicanos o Executivo de Filipe Nyusi está também a negociar com os agora credores das dívidas contraídas violando a Constituição da República e leis orçamentais antes de explicar ao povo que estratégia tem para gerir e resolver o drama da Dívida Pública Externa.

Questionado pelo @Verdade porque razão o Governo não foi pelo menos a Assembleia da República explicar os imperativos de negociar, em vez de repudiar, e qual o impacto das propostas de reestruturação das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM na vida do cidadãos nas próxima duas décadas o ministro Maleiane reagiu: "Mas como é que pode fazer isso se quem está a exigir as condições são os credores, aquilo que nós queríamos pusemos publicamente na imprensa quando fomos a Londres em Março de 2017".

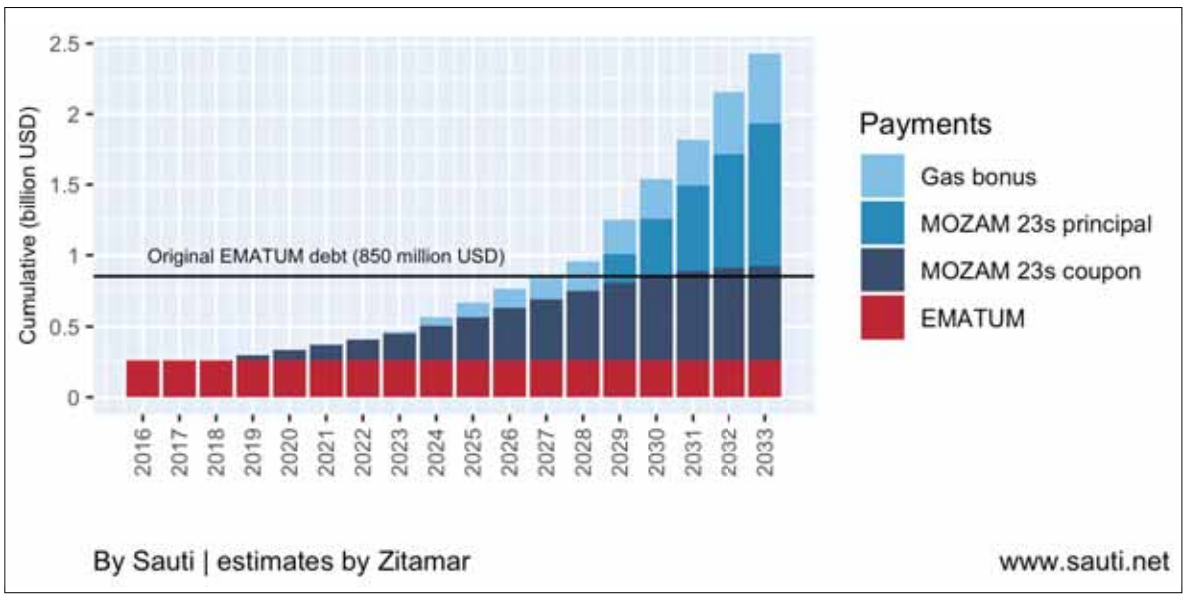
"O que eles querem são as contrapropostas e não podemos levar alguma coisa que nem sequer está consensualizado para ir ao Parlamento. O Parlamento imagine que aprova e depois o credor não concorda? A metodologia é discutir com o credor, e dizer ao credor que em princípio temos isto para levar ao Parlamento e ao Governo e depois será a posição definitiva do Estado", tentou esclarecer o governante.

No entanto Adriano Maleiane implicitamente reconheceu que a proposta de reestruturação e agora o acordo de princípios não foram tornados públicos para esclarecer aos moçambicanos mas antes porque "a regra internacional dos mercados financeiros não deixa passar informação a um grupo sem que todos conheçam, então somos obrigados a publicar o que nós acordamos com este grupo para os outros não acusarem o Governo de estar a privilegiar um grupo em detrimento de outro. Este é o processo prático, técnico necessário e transparente que ajuda a facilitar o debate".

"Depois disso nós vamos ter de pegar no Decreto 77/2017, que define os passos a seguir (para o endividamento público e emissão de Garantias Soberanas), se houver matéria para ir a Assembleia o Governo vai levar, se for preciso para a Procuradoria vai-se, e só depois é que nós vamos definitivamente fechar o dossier com a autorização das entidades que estão previstas no Decreto 77/2017", disse Adriano Maleiane.

Moçambique pedia perdão de 50 por cento dos juros em atraso, conseguiu apenas 8,3 por cento

Falando a jornalistas nesta quinta-feira (08), à margem da Cimeira do Finantial Times em Maputo, o titular da Economia e Finanças admitiu também que o comunicado tornado



pública esta semana sobre o "acordo de princípios" é uma forma de pressão aos restantes credores e de certa forma ao Parlamento.

"Depois de termos o consenso, porque para avançar ainda temos de reunir pelo menos 75 por cento deles, o passo seguinte, na reunião do próximo ano, vamos com este consenso e vamos pedir que no mínimo 75 por cento concordem, já vamos para a reunião com 60 por cento, vamos precisar de 15 por cento. Aceite por 15 por cento os outros 25 tem que aceitar o que for aprovado porque considera-se tecnicamente maioria para obrigar aos outros que possam eventualmente não concordar", explicou Maleiane.

Relativamente ao custo final da reestruturação para o povo moçambicano, que o @Verdade projectou em 2,4 biliões de dólares, somando o "acordo de princípios" mais o que Moçambique já amortizou da dívida da EMATUM, o governante refutou: "não vamos fazer esse tipo de contas".

"É importante esclarecer que a dívida que nós estamos a negociar são 726 (milhões de dólares norte-americanos) originais mais os juros que nós não pagamos desde 2016, que são 186 (milhões de dólares norte-americanos), se somar dá 915,9 (milhões de dólares norte-americanos) então eles cortaram 15 (milhões de dólares norte-americanos) e vamos pagar 900 (milhões de dólares norte-americanos), esse é o valor nominal da dívida", tentou aclarar Adriano Maleine sem mencionar que a proposta apresentada pelo o Governo em Março de 2017 pedia "perdão de 50 por cento dos juros em atraso". Contas do @Verdade indicam que o perdão foi de apenas 8,3 por cento.

Os juros, que eram de 10,5 por cento, foram renegociados para 5,87 dos quais, nos primeiros 5 anos, Moçambique terá de pagar 4 por cento e, de acordo como o ministro, "1,87 por cento vamos capitalizar para que no 11º ano começamos a pagar o capital que vai incluir os juros capitalizados mais os juros do período dos 5 anos". O esforço anual é menor mais foi alongado de 7 anos para 15 anos.

Relativamente aos instrumentos de valorização dos novos Títulos de Dívida Soberana a serem emitidos Adriano Maleiane clarificou que os 500 milhões de dólares não são a soma do que será pago mas é antes "o limite que os credores podem ter da comparticipação de receitas fiscais que vierem da Área 1 e da Área 4, ou seja é o limite máximo que foi fixado para, se por alguma razão o preço do gás aumentar e as receitas fiscais também aumentarem nessa base, não pagarmos mais do que devíamos. Podemos até não pagar isso, se não houver o excesso de receitas que projectamos para pagar o 5,87".

Decreto do Conselho de Ministros viola autonomia administrativa dos municípios moçambicanos

O Decreto n°. 51/2004, de 1 de Dezembro, Sobre o Regulamento de Organização e Funcionamento dos Serviços Técnicos e Administrativos dos Municípios, é uma clara violação do princípio da autonomia administrativa das autarquias locais, retira independência a esses órgãos e, acima de tudo, choca com o artigo 250 da Constituição da República. Quem o diz é o jurista e docente universitário Eduardo Chiziane.

Texto: **Emildo Sambo**

De acordo com ele, o decreto em causa estabelece "uma linha quase igual de administração dos município" e cria distorções, porque uma autarquia como a de Marromeu, na província de Sofala, não devia ser obrigado a ter um modelo de gestão como das restantes espalhadas pelo país. É um sinal de recentralização.

Na óptica do interlocutor, que falava numa conferência sobre "Municipalização e Gestão Urbana em Moçambique", na quinta-feira (07), as autarquias locais carecem de reforço da autonomia administrativa (...).

Eduardo Chiziane explicou que o poder de auto-organização de uma instituição consiste na faculdade de determinação da sua própria organização e das regras relativas aos seus agentes no âmbito das normas constitucionais.

O @Verdade compulsou o Decreto n°. 51/2004, de 1 de Dezembro e constatou que, na prática, o que a fonte está a dizer é que o Governo não devia, por exemplo, impor às autarquias locais áreas de actividade dos seus serviços técnicos e administrativos, nem a organização dos seus órgãos técnicos e administrativos e tão-pouco determinar a composição dos seus serviços técnicos e administrativos, artigos 70, 120 e 140, respectivamente.

Aliás, no seu trabalho intitulado «as tendências de "re-concentração" e particularmente da "re-centralização" administrativa em Moçambique» Chiziane apela, há nos, para a revogação daquele decreto "ou a declaração de inconstitucionalidade do mesmo".

O orador, que falava sobre os "vinte anos de descentralização em Moçambique: evolução e desafios", disse, num outro diapasão, que, para além de o Decreto n°. 51/2004 ser contrário ao princípio da autonomia local anunciado no n°. 1 artigo 250, "as autárquicas locais não têm autonomia financeira".

A autonomia que se diz terem "é aparente com forte limitação" porque quem fixa as receitas relativas aos impostos, por exemplo, é o Estado, através dos órgãos centrais.

Apesar de as autarquias terem a liberdade de fixar despesas, essa liberdade é aparente e residual, pois a edilidade deve, primeiro, atender às despesas consideradas obrigatórias e só depois é que pode atender a outras despesas com fundos residuais. Aliás, isto nem sempre é possível , porquanto o dinheiro esgotada nas despesas obrigatórias.

Através de kits oferecidos pelo INEP: Antigos combatentes garantem auto-sustento

Combatentes da Luta de Libertação Nacional e seus dependentes das províncias da Zambézia, Inhambane, Maputo-Província e Maputo-Cidade têm vindo a criar pequenos negócios para seu auto-sustento, graças aos kits oferecidos pelo Instituto Nacional de Emprego (INEP), no quadro da promoção de mais e melhores empregos.

Texto: **www.fimdesemana.co.mz**

Os visados beneficiaram igualmente de acções de informação e orientação profissional levadas a cabo pelo Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), ao nível daquelas províncias.

Armando Mussapange, antigo combatente, faz parte dos 30 beneficiários da formação profissional nas diferentes especialidades e do kit para o auto emprego na província da Zambézia. Ele foi formado em 2017 na especialidade de carpintaria pelo IFPELAC, através do apoio da associação OSAMULISA.

No final da formação, recebeu do INEP um kit de carpintaria, através do qual tem vindo a fabricar mobiliário diverso na vila sede do distrito de Milange.

"Com o negócio, tenho um rendimento mensal que vária entre 12 mil a 37 mil meticais, tendo ainda criado três novos postos de trabalho", disse.

Pangozo Liciro, filho de um antigo combatente, beneficiou igualmente da formação do IFPELAC, através da Associação OSAMULISA. Com o apoio do INEP recebeu um kit de carpintaria, onde se dedica ao fabrico de objectos de arte que as vende na vila fronteiriça de Milange. O valor mensal das vendas varia entre 45 mil e 65 mil meticais.

"As minhas obras são muito apreciadas em Malawi, mas prefiro vendê-las em Milange, devido ao valor do metical face ao Kwacha. Trabalho em conjunto com mais três jovens, filhos também de antigos combatentes", acrescentou.

Na província de Inhambane, de 2015 ao primeiro semestre de 2018, foram formados 43 combatentes e seus dependentes, que beneficiaram de 35 kits para o auto-emprego, sendo 33 individuais em Mafassane-Inharrime e dois na cidade de Inhambane, em duas associações onde já se criaram 10 novos postos de trabalho.

Estão ainda em formação 20 combatentes no centro de formação profissional de Inhambane, dos quais 7 provenientes dos distritos de Massinga e Mabote, beneficiam de cursos de agro-processamento e electricidade instaladora.

António Gulela e

continua Pag. 17

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.
As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.
Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com

Editorial

averdademz@gmail.com

Futuro hipotecado

Prestes a findar mais um ano em que os moçambicanos foram forçados a viver à intempérie, por conta da incompetência aguda por que ainda se rege o Governo da Frelimo, este bando de indivíduos decidiu mostrar, às escancaras, toda a sua falta de bom senso e o quanto está disposto a empurrar este país para sarjeta e aniquilar todos os moçambicanos.

O Governo de Filipe Nyusi anunciou, esta semana, que chegou a um acordo com grande parte dos credores da fantoche empresa de pesca de atum, a EMATUM, para reestruturar a dívida. Ou seja, Nyusi e os títeres decidiram fazer um acordo que vai custar o futuro de milhões de moçambicanos. São pelo menos 2,4 biliões de dólares norte-americanos que sairão das receitas de exploração de gás no Rovuma, para pagar o empréstimo de 850 milhões de dólares contraído em 2013, violando a Lei Orçamental e a Constituição da República de Moçambique.

O povo moçambicano tem vindo a assistir as suas condições de vida a deteriorarem-se, devido às políticas falhadas a que lhe é sujeito todos os dias. Nas zonas rurais, a situação é bastante crítica, uma vez que falta quase de tudo, desde acesso à água para o consumo, unidades sanitárias, passando pela escolas condignas, até vias de acesso e comida.

Quase todos os dias, morrem moçambicanos por falta de assistência médica e medicamentosa. Todos os anos, regista-se o surto de cólera devido ao consumo de água imprópria. Milhares de alunos continuam a estudar ao relento por falta de sala de aulas e outras não têm a oportunidade de frequentar uma escola. A exploração de gás era, em parte, sem sombras de dúvidas, a esperança de que os moçambicanos poderiam ver esses problemas minimizados.

Os empréstimos contraídos ilegalmente deixou a população na desgrenhada miséria. Esperava-se que o Governo tivesse alguma sensibilidade em relação ao sofrimento do povo. Ao invés de responsabilizar os arquitectos e executores dos empréstimos ilegais e recuperar os biliões que não entraram no erário, Nyusi optou em hipotecar o futuro de milhões de moçambicanos e a gerações vindouros. Portanto, o que que se vê, já começa a ficar cada vez mais evidente, é que o Governo da Frelimo mais não faz do que roubar, matar e destruir o nosso belo Moçambique.

Selo d' @Verdade

A agricultura não desempenha as suas funções constitucionais*

Introdução

A Constituição da República estabelece a agricultura como base de desenvolvimento. A produção agrícola em Moçambique é realizada, maioritariamente, por pequenos produtores que apresentam dificuldades no acesso aos insumos agrícolas, tecnologias modernas de produção, financiamento, assistência técnica, informação e integração nos mercados e nas cadeias de valor, entre outros. O governo de Moçambique, no desenho de suas políticas, não tem favorecido a pequena produção (Mosca, 2015).

De acordo com os dados do Anuário de Estatísticas Agrárias 2015, existiam, em 2015, mais de 4 milhões de explorações agro-pecuárias, sendo 98,7% de pequena dimensão. A informação disponibilizada pelos Censos Agro-Pecuários aponta para uma redução ou estagnação da produtividade agrícola em Moçambique (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, s/d; Mosca, Matavel e Dadá, 2013).

A pequena produção é responsável pela oferta interna de bens alimentares, contribuindo com cerca de 99,7% da produção agro-alimentar nacional (Uaiene, 2015).

A produção agro-alimentar em Moçambique é dominante em raízes e tubérculos (especialmente mandioca), cereais (milho, mexoeira, mapira e arroz), amendoim e leguminosas. Estima-se que o milho e a mandioca sejam produzidos por cerca de 80% dos pequenos produtores, o feijão por 50% e o arroz por 16% (Abbas, 2017).

O presente Destaque Rural tem como objectivo apresentar a evolução da produção de alguns bens agro-alimentares básicos, numa perspectiva de longo prazo (1961 a 2016), dos seguintes produtos: amendoim, arroz, feijões, mandioca, mapira e milho (em grãos). Este documento é uma actualização do Destaque Rural nº 3, com o título Produção Alimentar: um problema central por resolver, de 2014. Estes produtos foram seleccionados considerando o peso sobre a produção total dos alimentos básicos sobre o consumo e a dieta alimentar. Das restantes importantes para o consumo, não foram incluídos a batata-doce, hortaliças e carnes.

A informação utilizada foi recolhida nas bases de dados da FAO e do Banco Mundial (WB). A informação estatística da cultura dos feijões (nhemba e manteiga) foi apresentada e analisada a partir do ano 2002 devido à indisponibilidade da mesma.

As culturas acima analisadas são produzidas, essencialmente, para o auto-consumo. Não foram encontradas razões para a rápida variação da produção de mandioca e milho entre 2009 e 2013.

A mandioca é a cultura mais produzida no país. Verifica-se que a partir de 2000 existiu uma grande variabilidade ao longo dos anos e atingiu a maior produção em 2011, com cerca de 13 milhões de toneladas. Em relação ao primeiro ano analisado, esta produção aumentou cerca de 3 vezes. Comparando os dados do MASA e da FAO, verificam-se importantes diferenças nos dados da mandioca dos anos de 2012 e 2015.

A produção dos cereais (milho e arroz), entre 1961 e 2016, incrementou em, aproximadamente, 3 e 0,4 vezes, respectivamente. A produção da mapira, tal como a da mandioca, foi maior em 2011 (409,7 mil toneladas). Do primeiro ao último ano analisado, a produção da mapira reduziu em 0,31 vezes.

A produção de amendoim e feijões apresentaram uma tendência crescente, tendo incrementado em 89% e 9%, respectivamente em relação ao primeiro ano analisado.

A produção da mandioca, no conjunto das culturas em análise, representou, em média, 79% da produção agrícola alimentar. As outras culturas, em conjunto, apresentaram valores abaixo de 50% da produção de mandioca.

A produtividade da mandioca cresceu a partir dos anos 2009. A produtividade desta cultura, nas décadas de 60 a 80, era de entre 3 a 5 ton/ha e, nos últimos anos da série, o valor passou para 9 a 10 ton/ha. A produtividade do arroz (excepto os anos antes de 1975 e alguns depois), milho (na maioria dos anos analisados), da mapira, amendoim e feijões, foi abaixo de 1 ton/ha. A produtividade das culturas em análise (à excepção dos feijões) foi inferior a 50% comparativamente à média mundial.

A produção por habitante, com e sem mandioca, apresentou uma tendência decrescente. A redução e a variabilidade nos últimos anos foram maiores na produção de todos os bens, incluindo a mandioca.

Verifica-se que, a produção total per capita por ano varia da 230 a 535 kg/habitante; sem a mandioca, com excepção de 2012, a produção por habitante não superou as 100 kg/habitante. A produção total por habitante, antes de 1975, apresentava valores acima de 400 kg/habitante; depois 1975, na maioria dos anos, esteve abaixo de 400kg/habitante.

Tanto as exportações como as importações moçambicanas cresceram ao longo dos anos analisados. Do início da série até 1981, o valor das exportações agro-alimentares superaram o das importações. A partir de 1982, este cenário inverteu-se, passando o valor das importações a ser superior ao das exportações. Consequentemente, a balança comercial agro-alimentar passou a ser deficitária, com tendências de agravamento. Este facto revela a crescente dependência alimentar.

A partir da segunda metade dos anos 1980, o valor das importações agro-alimentares passou a aumentar mais rapidamente que o valor das exportações, podendo este facto

continua Pag. 17 →

Xiconhoca

Ministros do Interior e Defesa

Os ministros do Interior, Jaime Basílio Monteiro, e da Defesa, Atanásio Salvador N'Tumuke, não passam de uns Xiconhocas ao quadrado. Estes sujeitos, sem dar nenhuma explicação, decidiram gazetar a Sessão de Informações do Governo à Assembleia da República, numa altura em que os moçambicanos gostariam de ouvir explicações sobre a onda de criminalidade que assola o país e os ataques às populações na província de Cabo Delgado. Fica claro que Monteiro e N'tumuke têm estado a cruzar os braços perante situações violentas que são perpetrados contra os moçambicanos.

F. Maronga

Há indivíduos deveriam merecer como pena a castração. É o caso do Xiconhoca que responde pelo nome de F. Maronga. Este Xiconhoa de 44 anos de idade encontra-se detido, por ter abusado sexualmente e tirado a vida de uma adolescente de 14 anos de idade, no distrito de Macate, província de Manica. Segundo as autoridades policiais, o crime foi cometido com recurso a uma faca. Pela tamanha barbaridade, este sujeito devia ser exemplarmente punido.

Filipe Nyusi

O Presidente da República, Filipe Nyusi, não deve andar bem da cabeça, nos últimos dias, aliás, desde que assumiu a Presidência, não se tem visto nada edificante por parte dele, para além de comentários estúpidos. Recentemente, Nyusi decidiu pressionar os agentes da Justiça a condenarem os detidos em Cabo Delgado supostamente envolvidos nos ataques à população, e pediu ainda para que a justiça responda aos anseios do povo, mas o mais caricato é que ele não avança com os culpados das dívidas ilegais para que também a justiça seja feita.

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista
Telegram
86 450 3076
E-Mail
averdademz@gmail.com

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel**+258 84 39 98 635**

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel**+258 86 45 03 076**

E-mail:**averdademz@gmail.com**

Jornal registado no **GABINFO**, sob o número **014/GABINFO-DEC/2008**; Propriedade: **Charas Lda**; Fundador: **Erik Charas**.
Director: **Adérito Caldeira;** Director-Adjunto: **Sérgio Labistour;** Chefe de Redacção: **Emildo Sambo;** NAMPULA - Delegado: **Hélder Xavier;** Chefe de Redacção: **Júlio Paulino;**
Director Gráfico: **Nuno Teixeira;** Periodicidade: **Diário.**

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis. As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.
Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com

Selo d'@Verdade

Sobre o acordo entre o Governo de Moçambique e os detentores do Título EMATUM

1. Antes de se ajuizar se este é um acordo vantajoso para as partes, e em que medida, há que ter em conta pelo menos três aspetos preliminares.

• Primeiro, que o acordo de que se fala hoje diz respeito somente ao título EMATUM, deixando-se em aberto ainda as dívidas da MAM e da ProIndicus. Isto se nos situarmos somente aquelas que começaram por ser dívidas ocultas e ilegais. Porém a insustentabilidade da dívida moçambicana, que é o problema principal que tem que ser resolvido, não é causada somente pela dívida consubstanciada no título EMATUM., nem tão-somente pelas dívidas originalmente ilegais e secretas. Toda a dívida (incluindo a interna) deve ser considerada. Sem isso o exercício em curso é de pouca significância e na realidade constitui um dreno de recursos públicos sem eficácia (recorde-se que isto tudo é feito com assistência de conselheiros legais e financeiros eu custam muito dinheiro ao contribuinte nacional).

• Segundo, que este é um acordo de princípios atingido com os detentores de 60% do título EMATUM, contra os 75% necessários. Portanto, do lado dos credores ainda falta obter a concordância dos detentores de pelo menos mais 15% do valor desse título.

• Terceiro, da parte moçambicano ainda falta obter todas as autorizações necessárias de outras instâncias do poder como a Assembleia da República, e outras entidades do executivo e judiciário como a Procuradoria-Geral da República e o Tribunal Administrativo. Note-se no entanto que o Comunicado do MEF diz que o primeiro pagamento de juros do título, se o acordo vier a ganhar efetividade, deverá acontecer em Março de 2019. Para isso, é necessário que as devidas autorizações internas sejam efetuadas, os cálculos todos sejam finalizados e os valores respetivos incorporados no OGE 2019 que deverá ser aprovado até 31 de Dezembro de 2018. Portanto, os credores e o governo estão a correr contra o tempo nisto. Sendo assim, parece que o anúncio feito agora visa também pressionar tanto a parte em falta para completar o "quórum" de credores, bem como as entidades moçambicanas que devem dar as autorizações necessárias para que o acordo ganhe efetividade. Eu espero que a Assembleia da República ao ser chamada a discutir isto não ceda a este método de "torcer o braço", e que se debruce sobre o assunto com a exaustão necessária. E se isso vier a acontecer, haverá muito que questionar se realmente vale a pena passar este acordo.

2. O acordo é certamente muito bom para os credores detentores do título EMATUM:

• Primeiro, porque a efetivar-se vai reafirmar o compromisso do governo de Moçambique com essa dívida.

• Segundo, ao começar a pagar os juros (em Março de 2019), o governo Moçambicano iria insuflar vida a um instrumento presentemente moribundo, fortalecendo assim os balanços dos detentores desse ativo.

• Terceiro, e isto é talvez o mais importante de todos os ganhos dos credores: vai amarrar o instrumento às receitas de gás e petróleo, realizando-se assim o objetivo fundamental de desde o início que foi a extorsão especulativa dos rendimentos dos recursos naturais do país pelo capital financeiro internacional. Nesta perspetiva, a afirmação de que as obrigações que substituirão o título EMATUM são "não garantidas" pelo Estado moçambicano é um eufemismo pois de acordo com o comunicado do MEF o acordo reza que os instrumentos de valorização dos tais títulos (VRIs) ficarão associados às receitas fiscais dos projetos de gás da Área 1 e Área 4 em Moçambique. Ora na implementação prática isto ira requerer o estabelecimento de algum tipo de 'Veículo Especial para o Propósito' (Special Purpose Vehicle – SPV, do qual não se fala no comunicado mas que será necessário), que servirá para capturar as ditas receitas diretamente dos exportadores e canalizá-las aos credores. Ora esta é uma garantia efetiva mais valiosa do que uma simples assinatura num papel que o Estado possa depois renegar, como o governo de Moçambique já mostrou ser capaz de fazer. Com efeito, a única maneira de não honrar este acordo, caso se venha consumar, seria deixar de exportar o gás e o petróleo, o que obviamente não será possível pois a operação está nas mãos das multinacionais. Assim, tal como o dinheiro mobilizado por estas dívidas que saiu dos banco originadores para o suposto fornecedor de bens e serviços no estrangeiro, o dinheiro do gás e petróleo que irá pagá-las nunca chegará a entrar nas contas do governo de Moçambique (mesmo aquelas domiciliadas no estrangeiro). Ele irá diretamente das contas das multinacionais de petróleo e gás para as contas dos credores via um SPV que terá que ser estabelecido.

• Quarto, os detentores do Título EMATUM conseguem que o governo Moçambicano lhes conceda um tratamento diferenciado e privilegiado relativamente aos detentores das notas de dívida da MAM e Proindicus. A par com a associação do serviço das dívidas as receitas do gás e petróleo, esta é uma das exigências que os credores detentores do título EMATUM sempre mantiveram desde que foram reveladas as dívidas contraídas através daquelas outras duas empresas. Neste sentido este acordo de princípios aparentemente resolve um diferendo com um grupo de credores ao mesmo tempo que potencialmente abre ou aprofunda o diferendo com os credores detentores das dívidas da MAM e Proindicus. Este procedimento discriminatório vai contra um dos princípios básicos de resolução de dívida, nomeadamente o princípio de tratamento igual e justo de todos os credores.

• Finalmente, e não menos importante, os detentores do título EMATUM conseguem tudo isto sem que haja responsabilização criminal dos moçambicanos que criaram as dívidas ocultas e ilegais. Aqui vale sublinhar que nunca se deve perder de vista que independentemente das metamorfose ou "lavagens" legalistas que tenha sofrido, a dívida da EMATUM em Moçambique foi também originalmente ilegal e oculta, e que o valor dos USD $500 milhões da divida ilegal e oculta cujo destino ainda tem que ser esclarecido é associado a esta divida da EMATUM. A não responsabilização criminar dos moçambicanos envolvidos é assim também uma vitória para os credores, pois a acontecer poria em causa também a legitimidade dos seus benefícios em virtude de terem comprador uma dívida que tinham a obrigação de com um mínimo de investigação ("due diligence) saberem ser ilegal.

3. O acordo não apresenta vantagens evidentes para Moçambique:

• Primeiro, uma parte das (magras) receitas do Estado que se esperam da exploração dos recursos naturais do país vai ser destinada o pagamento de a uma dívida que não trouxe benefícios absolutamente nenhuns ao país, antes pelo contrário. Sabe-se que a EMATUM não rende nada, e é um dreno de recursos públicos, por muita massagem que se faça as suas contas. E o país perdeu assistência internacional que levou a uma crise financeira e económica.

• Segundo, o reinício do serviço desta dívida em 2019 vai aumentar a pressão ao orçamento numa fase em que o país tem uma capacidade fiscal reduzida precisamente em resultado da crise provocada pela contratação ilegal e secreta dessas dívidas. Em 2019 essa pressão vai se acrescentar aquela que o país vai sofrer com os custos da descentralização, da implementação dos acordos de paz, e as despesas extraordinárias das eleições gerais. Em suma, 2019 é um ano difícil para se arcar com os custos de uma resolução duvidosa de dívidas duvidosas cujo impacto na sustentabilidade da divida é também duvidoso. O que vai muito certamente acontecer é que o endividamento interno vai continuar a aumentar para facilitar o serviço dessa dívida externa. Seria necessário uma recuperação estupenda do crescimento da economia para que a base tributária e a administração dos impostos internos pudessem responder a tamanha pressão. Um continuado aumento do endividamento interno vai resultar no agravamento das taxas de juros resultando em maiores pressões financeiras sobre o sector privado interno. Uma incapacidade dos sectores privados e público de gerar poupanças vai pressionar a conta corrente com exterior (excluindo os megaprojetos)

• Terceiro, o impacto da resolução desta dívida na sustentabilidade da dívida pública total do Estado Moçambicano é muito insignificante financeiramente, e sem outras medidas complementares nos próximos 10 anos Moçambique continuará com um rácio de dívida sobre o PIB de mais de 100%, claramente insustentável.

4. Na área fiscal o que o país precisa de fazer no curto e médio são duas coisas, de preferência simultaneamente:

• Uma, estancar as necessidades de financiamento do governo. Isso requer ter um OGE que gere um saldo primário positivo. Isto significa operar a um nível despesas que possa ser coberto pelas receitas regulares, e ainda deixar algum valor para fazer face a pelo menos uma parte do serviço da dívida. E isto deve ser feito a um ritmo muito mais acelerado do que o governo pensa. Isto é o que daria sinal convincente do engajamento das autoridades na solução do seu problema financeiro, interna e externamente.

• Outra, o governo precisa de dar um esclarecimento cabal de como foram utilizados os dinheiros mobilizados pelas dívidas secretas e ilegais da EMATUM, MAM e ProIndicus. Sem fazer estas duas coisas, não vejo como se possa chegar a ter um programa com o FMI de modo a abrir caminho para a restauração da confiança com credores atuais e potenciais investidores.

Em suma, é difícil perceber o que o governo pretende com este acordo. Falta uma estratégia global a solução do problema da dívida moçambicana. Estamos ainda no "daqui não saio, daqui ninguém me tira", e de vez em quando a "fazer de conta". Não há coragem pra "agarrar a besta pelos chifres."

***Por* Roberto Tibana**
Analítica-RJT

Xiconhoquices

Falta de escolas secundárias

Sem sombras de dúvidas, somos um país anorma, ou melhor um país dirigido por indivíduos com uma incompetência impressionante. Não novidade para ninguém que a educação é um dos principais instrumentos para o desenvovimento de uma nação. Mas não é assim que pensa o Governoda Frelimo. Prova disso é o Plano Económico e Social (PES) do Presidente Filipe Nyusi para 2019, que se propõe a deixar quase 400 mil crianças, que podem passar da 6ª classe, fora do ensino secundário devido a falta de escolas em Moçambique. É deveras preocupante quando um país, ao invés de apostar na formação dos seus cidadãos, está focado em criar uma horda. Este é um cenário bastante sombrio e o Governo de Nyusi devia envergonhar-se disso.

Aumento da tarifa de comboios de passageiros (e metrobus)

As condições de vida dos moçambicanos tendem a agravar-se, com a subida sistemática de preços de bens e serviços. A título de exemplo, a empresa Caminhos de Ferro de Moçambique decidiu sofocar os moçambicanos agravando os preços das passagens dos comboios de passageiros, entre 14 e 40 por cento, a partir do próximo dia 1 de Dezembro. A desculpa usada por esta empresa, por sinal única Empresa Pública que produz lucros significativos, e funciona como saco azul do Governo e do partido Frelimo, é que as tarifas só cobrem 20 por cento dos custos. O mais caricato é que os Caminhos de Ferro de Moçambique obterem lucros de mais de 3 biliões de meticais em 2017. Sem dúvidas, a empresa decidiu, de forma inescrupulosa, roubar aos moçambicanos para continuar a financeira actividades do partido Frelimo.

Acordo com credores da EMATUM

Se havia alguma dúvida relativamente a venda do nosso país pelo Governo da Frelimo, esta semana essa dúvida foi dissipada com as notícias dando conta de o Governo de Filipe Nyusi chegou a um "acordo de princípios" com grande parte dos credores da EMATUM para reestruturar a dívida. Ao invés de responsabilizar os arquitectos e executores dos empréstimos ilegais e recuperar os biliões que não entraram no erário, Nyusi e os títeres decidiram fazer um acordo que vai custar ao povo pelo menos 2,4 biliões de dólares norte-americanos, para pagar o empréstimo de 850 milhões de dólares contraído em 2013, violando a Lei Orçamental e a Constituição da República de Moçambique. Eis mais uma prova de que a Felimo é o principal problema para desenvolvimento deste país e o bem-estar dos moçambicanos.

Acidente de viação volta a matar duas pessoas em Manica

Em menos de uma semana, mais duas pessoas morreram carbonizadas, entre elas uma mulher, em consequência de um acidente de viação ocorrido na última sexta-feira (02), no distrito de Gondola, província de Manica.

Texto: **Redacção**

O desastre aconteceu na zona de Muda Serração, posto administrativo de Inchope. As vítima eram o ajudante e a namorada do condutor. Este sobreviveu e está em tratamento médico no Hospital Provincial de Chimoio (HPC).

Na altura do sinistro, o camião transportava ração da cidade de Maputo para Beira. De acordo com o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Manica, a viatura despistou, embateu violentamente contra uma árvore e capotou. De seguida incendiou-se.

Quando o Serviço Nacional de Salvação Pública (SENSAP) chegou ao local já era tarde demais e o camião tinha se transformado em sucata. Mirones tentaram sem sucesso evitar o pior.

O condutor da viatura, identificado pelo nome de Felisberto Mula, contraiu ferimentos, sobretudo nos membros inferiores, mas não corre perigo de vida.

Segundo ele, o acidente deveu-se a problemas mecânicos no seu carro, o que é corroborado pela Polícia de Trânsito (PT) que se fez ao local.

Este o segundo sinistro rodoviário fatal que ocorre no posto administrativo de Inchope em menos de uma semana. O primeiro, no qual oito crianças morreram, algumas carbonizadas, e uma ficou internada, aconteceu na tarde de domingo (28).

Um camião embateu contra a barreira da ponte sobre o rio Metuchira, na Estrada Nacional número seis (EN6), e de seguida incendiou-se.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no
twitter.com
@verdademz

Caminhos de Ferro de Moçambique agravam tarifa dos comboios de passageiros até 40 por cento

A única Empresa Pública que produz lucros significativos, e funciona como saco azul do Governo e do partido Frelimo, decidiu agravar os preços das passagens dos comboios de passageiros, entre 14 e 40 por cento, a partir do próximo dia 1 de Dezembro. A justificação é que as tarifas só cobrem 20 por cento dos custos, mas não impediu aos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) obterem lucros de mais de 3 biliões de meticais em 2017. Paradoxalmente o custo anual do serviço de transporte de passageiros é muito inferior a indeminização que os CFM pagaram pelo metro do ex-ministro Zucula que nunca andou.

Texto & Foto: **Adérito Caldeira**

continua Pag. 06 →

Corrupção leva funcionários do Estado às celas em Manica

Três funcionários públicos, afectos ao Serviço Provincial de Migração de Manica, encontram-se detidos, por ordens do Gabinete Provincial de Combate à Corrupção (GPCC) de Sofala, acusados de "corrupção passiva e abuso de função".

Texto: **Redacção**

Segundo o porta-voz do CPCC de Sofala, João Chaua, os indiciados, com a categoria de guarda, agora nas celas da Polícia da República de Moçambique (PRM) no Chimoio, emitiram 16 documentos de permissão de residências para igual número de indianos, que entram no país para efeitos de negócios e turismo.

Os actos aconteceram de Maio a Setembro deste ano. Os três funcionários exigiram 40 mil meticais por cada documento emitido e no total amealharam 640 mil meticais.

O processo de acusação será remetido ao Tribunal Judicial de Manica "o mais breve possível", disse João Chaua. Este esclareceu que os suspeitos incorrem em penas que variam de dois a oitos anos de prisão.

Os beneficiários dos documentos falsos foram privados de liberdade após uma investigação que contou com a colaboração do Serviço Provincial de Migração de Manica.

Na sequência, os funcionários acusados tentaram, sem sucesso, eliminar os registos no sistema informático que serve a todo o país. "Em Manica eles apagaram todos os dados, mas porque registo é nacional a informação manteve-se no sistema".

Carros matam 12 pessoas, ferem outras 46 e Polícia prende 25 condutores ilegais em Moçambique

Doze mortos e 46 feridos entre graves e ligeiros é o balanço de 26 acidentes de viação ocorridos nos últimos dias de Outubro findo em diferentes estradas moçambicanas. As autoridades policiais detiveram também alguns indivíduos acusados de infringir as mais elementares regaras de trânsito, outros por perturbação da ordem e tranquilidade públicas e outros ainda por posse ilegal de armas de fogos.

Texto: **Redacção**

Segundo o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), os sinistros, na sua maioria do tipo atropelamento, tiveram como causas o excesso de velocidade, a condução em estado de embriaguez e a má travessia de peões.

Para além da apreensão de 235 cartas, 23 automobilistas foram detidos por alegada tentativa de suborno aos agentes da Polícia

continua Pag. 06 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

continuação Pag. 05 - Caminhos de Ferro de Moçambique agravam tarifa dos comboios de passageiros até 40 por cento

A Direcção Executiva dos CFM-Sul decidiu introduzir, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Dezembro, "novas tarifas de transporte de passageiros urbano e interurbanos, após cerca de 13 anos com a mesma tarifa".

O maior aumento vão ter os utentes dos comboios entre Maputo e Matola Gare cuja tarifa de 5 meticais aumenta em 40 por cento para 7 meticais.

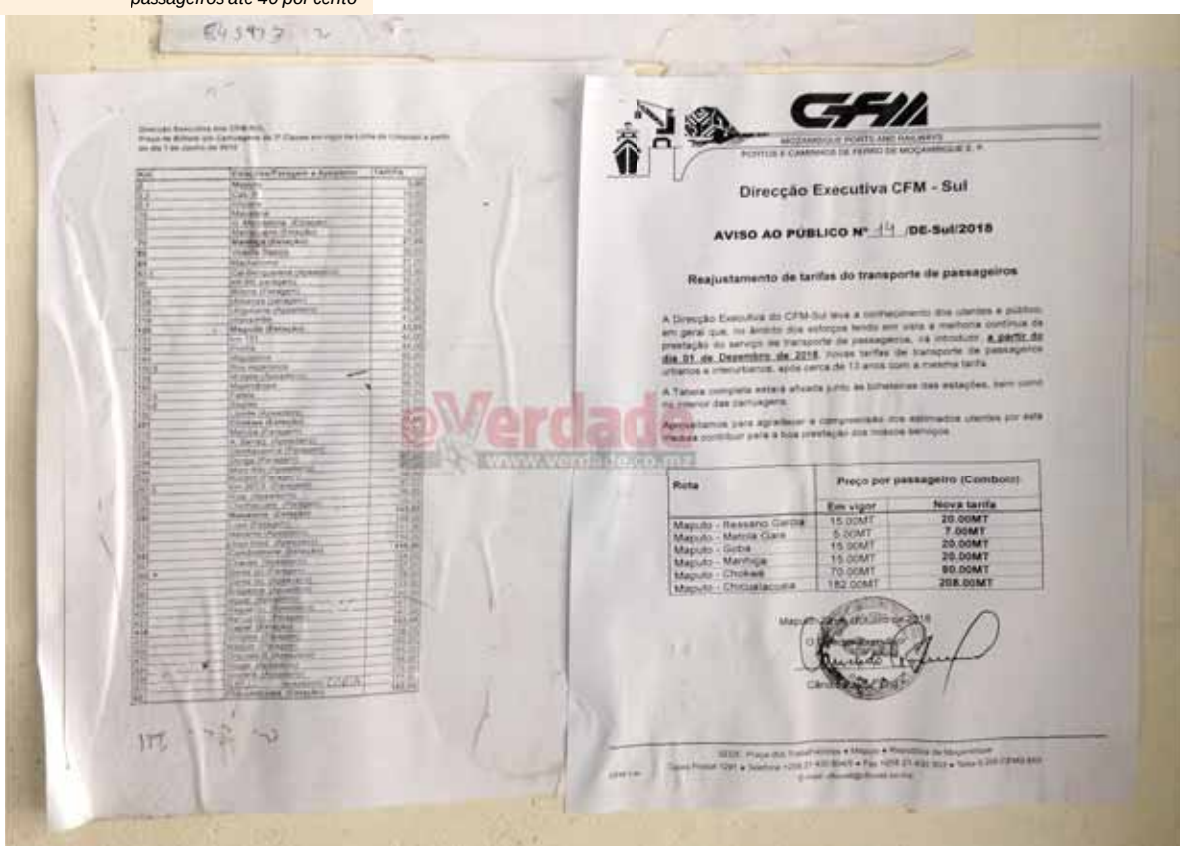
Contudo o maior agravamento nominal é para os passageiros do comboios entre Maputo e Chicualacuala que dos actuais 182 passarão a pagar 208 meticais por viagem.

As ligações Maputo – Ressano Garcia, Maputo – Goba e Maputo – Manhiça, que atuam custa 15 meticais vão passar a custar 20 meticais.

Já a passagem no comboio entre a capital moçambicana e o município de Chókwè será agravada de 70 para 80 meticais.

Interpelada pelo @Verdade a Direcção Executiva dos CFM-Sul esclareceu que o aumento das tarifas do transporte de passageiros nos comboios urbanos e interurbanos devem-se ao "desajustamento das mesmas tendo em conta que estas vigoram há 13 anos (desde de Julho de 2005)".

"De salientar que as novas tarifas ainda continuam muito aquém dos custos operacionais.



CFM

Direcção Executiva CFM - Sul

AVISO AO PÚBLICO Nº 14 /DE-Sul/2018

Reajustamento de tarifas do transporte de passageiros

A Direção Executiva do CFM-Sul leva a conhecimento dos utentes e público em geral que, no âmbito dos esforços tendo em vista a melhoria contínua da prestação do serviço de transporte de passageiros, vai introduzir, a partir do dia 01 de Dezembro de 2018, novas tarifas de transporte de passageiros urbanos e interurbanos, após cerca de 13 anos com a mesma tarifa.

A Tabela completa estará afixada junto as bilheteiras das estações, bem como na internet das carruagens.

Apreciamos para agradecer a compreensão dos estimados utentes por esta medida contribuir para a boa prestação dos nossos serviços.

Rota	Preço por passageiro (Comboio)	
	Em vigor	Nova tarifa
Maputo - Ressano Garcia	15.00MT	20.00MT
Maputo - Matola Gare	5.00MT	7.00MT
Maputo - Goba	15.00MT	20.00MT
Maputo - Manhiça	15.00MT	20.00MT
Maputo - Chokwè	70.00MT	80.00MT
Maputo - Chicualacuala	182.00MT	208.00MT

Como exemplo, para o perímetro periurbano (Maputo/Tenga; Maputo/Albasine e Maputo/Estevel), o preço médio por passageiro/Km está a 0,25mts e o custo situa-se em 1,01mts por passageiro/Km", explicou.

Adicionalmente os Caminhos de Ferro de Moçambique explicaram que caso o não efectue este aumento, o impacto orçamental continuaria deficitário em mais de 80 por cento pois os custos correntes sempre a sofrerem agravamento anualmente, "nomeadamente: combustíveis, peças sobressalentes para manutenções das carruagens, locomotivas e infraestruturas ferroviárias (como efeito directo da flutuação cambial), de entre outros custos".

CFM são a única Empresa Pública que tem lucros e tem sido o "saco azul" do Governo

O @Verdade apurou que no ano passado os CFM Sul transportaram 6.202.923 passageiros, um crescimento de 20 por cento comparado com o período homologo do ano anterior numa clara evidência da importância que este meio de transporte tem na vida de cada vez mais cidadãos que morando fora da capital precisam de todos os dias deslocarem-se a Maputo para ganharem o seu sustento.

Ademais o @Verdade descortinou que apesar da operação deficitária do transporte de passageiros, gerou 55,4 milhões de meticais para custos de mais de 277 milhões de meticais, no exercício económico de 2017 os CFM obtiveram um lucro histórico de 3,01 biliões de meticais, quatro vezes mais do os resultados líquidos de 2016 que cifraram em 724,35 milhões de meticais.

Os Caminhos de Ferro de Moçambique são a única, dentre as 13 Empresas Públicas, que tem gerado lucros, mesmo em tempos de crise, e por isso tem sido o "saco azul" do Governo.

A título ilustrativo em 2015 os CFM pagaram 6,5 milhões de dólares norte-americanos a empresa italiana SALCEF Costruzioni Edili e Ferroviarie pela quebra do contrato firmado com o Executivo de Armando Guebuza para a construção de um sistema de Metro que nunca saiu do papel. Ironicamente o montante desta indemnização, revelado pelo @Verdade em 2017, supera os custos anuais do transporte de passageiros urbano e interurbanos que totalizam pouco mais de 4,6 milhões de dólares.

O @Verdade sabe ainda que constam das folhas de pagamentos dos Caminhos de Ferro de Moçambique, há décadas, ilustres membros do partido Frelimo que nunca foram trabalhadores da empresa.

continuação Pag. 05 - Carros matam 12 pessoas, ferem outras 46 e Polícia prende 25 condutores ilegais em Moçambique

de Trânsito (PT) e 25 indivíduos acusados de condução ilegal. Estes são, aos olhos da Polícia, parte da razão de o nosso dia-a-dia na estrada continuar sangrento e doloroso.

Refira-se que, a partir desta segunda-feira (05), entram em vigor novas taxas para emissão e renovação da carta de condução biométrica, que passa de 500 meticais para 2.500 meticais.

Um diploma ministerial sobre a matéria já foi publicado no Boletim da República (BR) e elenca vários outros agravamentos, tais como a emissão de livrete, que passará a custar 1.850 meticais e o exame de condução 2.185 meticais.

Noutras operações, a PRM deteve 1.217 indivíduos, dos quais 1.017 por violação de fronteiras, 179 por prática de delitos comuns e 21 por imigração ilegal.

A instituição disse ainda que que recuperou pelo menos sete armas de fogo, sendo duas do tipo AK-47, e algumas munições.

Passes mantém-se inalterados: Metrobus reajusta preços a partir de Dezembro

O Metrobus, um sistema integrado de transportes, que combina autocarros e automotoras, na região metropolitana de Maputo, vai reajustar, a partir de Dezembro próximo, as suas tarifas, passando de 29 meticais para 38 meticais a viagem de automotora e de 14 meticais para 18 meticais a viagem de autocarro.

Texto: **www.fimdesemana.co.mz**

Entretanto, os principais passes mensais mantêm-se inalterados. O TXOVA Mais permanece em 2.500 meticais e o passe B em 1.250 meticais.

Está na origem do reajustamento das tarifas, a gestão operacional do negócio e o serviço prestado ao público, que estão longe do equilíbrio financeiro, sendo que o projecto tem estado a financiar o custo dos bilhetes em 80 por cento.

Concorre para o agravamento desta situação, o facto de 75 por cento da capacidade útil do Metrobus encontrar-se inoperante, devido à falta de acesso às linhas férreas, propriedade da empresa CFM-Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique.

Por outro lado, o Metrobus bem como os restantes transportadores públicos metropolitanos continuam a aguardar pelo início dos subsídios aos passageiros, estando actualmente a ser pressionados pela conjuntura económica, o que as faz subir as tarifas.

Desde o início das operações, o sistema de bilhética foi fiável em 99,6 por cento, sendo que o equipamento rolante (comboios e autocarros), em 1.457 horas de trabalho, apenas registou 2,07 horas de avarias, perfazendo uma eficácia de 99,99 por cento.

Estes excelentes resultados foram possíveis, porque os recursos humanos estiveram focados, empenhados, motivados e com espírito de proprietário.

O Metrobus reafirma a sua convicção em continuar a desenvolver este modelo de serviço público e agradece a todos os contribuintes que de formas diferentes colaboram, em especial os utentes.

Com a presença esperada de 250 participantes nacionais e internacionais: Cimeira Financial Times regressa a Maputo

O Standard Bank apoia a realização da terceira edição da Cimeira Financial Times em Moçambique, agendada para quinta-feira, 8 de Novembro, em Maputo.

Texto: **www.fimdesemana.co.mz**

A presente edição, que vai reunir os principais ministros, actores políticos e líderes empresariais locais, bem como internacionais, tem como tema "Construindo as bases para a recuperação económica".

O certame realiza-se numa altura em que o País se encontra numa posição sólida, para colher os benefícios do investimento internacional e das parcerias regionais. Apesar da promessa para tal potencial, ainda há muito trabalho por fazer, de modo a garantir uma economia resiliente e sustentável.

As perspectivas de crescimento para Moçambique, a longo prazo, continuarão robustas, caso esforços continuem a ser feitos perante os desafios existentes.

O apoio do Standard Bank para a realização desta cimeira enquadra-se no rol de acções que o banco desenvolve para impulsionar o desenvolvimento da economia moçambicana, bem como na sua visão de se posicionar como parceiro do Governo na atracção e implantação de investimentos para Moçambique.

A CEO para o continente africano do Grupo Standard Bank, Sola David-Bora, vai, numa entrevista com a apresentadora da BBC World News, Lerato Mbele-Roberts, falar sobre a importância de apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) e melhorar o acesso ao financiamento.

A Financial Times Live, entidade que organiza a cimeira, pretende capitalizar o enorme potencial económico e os desafios que o nosso País enfrenta para estabelecer uma economia resiliente. Com o apoio do Standard Bank e de outros parceiros-chave, a cimeira vai criar uma visão vital para os líderes séniores e proporcionar uma valiosa oportunidade de interação.

O evento conta uma agenda interactiva, com entrevistas, discursos e sessões constituídas por painéis, esperando-se uma participação de perto de 250 pessoas.

Acidentes de carros deixam óbitos e dezenas de feridos na Zambézia e em Tete

Pelo menos seis pessoas morreram e outras 23 contraíram ferimentos graves e ligeiros em consequência de um acidente de viação ocorrido na sexta-feira (02), no distrito de Milange, província da Zambézia. No domingo (04), por um golpe de sorte, o pior só não aconteceu em Tete, quando uma viatura despistou e capotou, causando ferimentos a 16 ocupantes.

Texto: **Redacção**

O acidente registado na Zambézia, no troço Molumbo/Milange, envolveu um camião que transportava produtores de tabaco. Dos 23 sobreviventes, sete contraíram ferimentos graves e foram socorridas para o Hospital Distrital de Milange.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) disse que o camião despistou e capotou devido a supostas deficiências mecânicas.

Já em Tete, o acidente ocorreu na vila de Songo, distrito de Cahora-Bassa. Uma minibus com a matrícula AFL 563 MC, que fazia o troço Vila de Songo/Chitima, também despistou e capotou, com 16 ocupantes a bordo.

Relatos de sobreviventes dão conta de que o condutor perdeu o controlo do volante, tendo a viatura ziguezagueado até embater violentamente contra uma montanha. Foi o fim da viagem mas com memorias de choque.

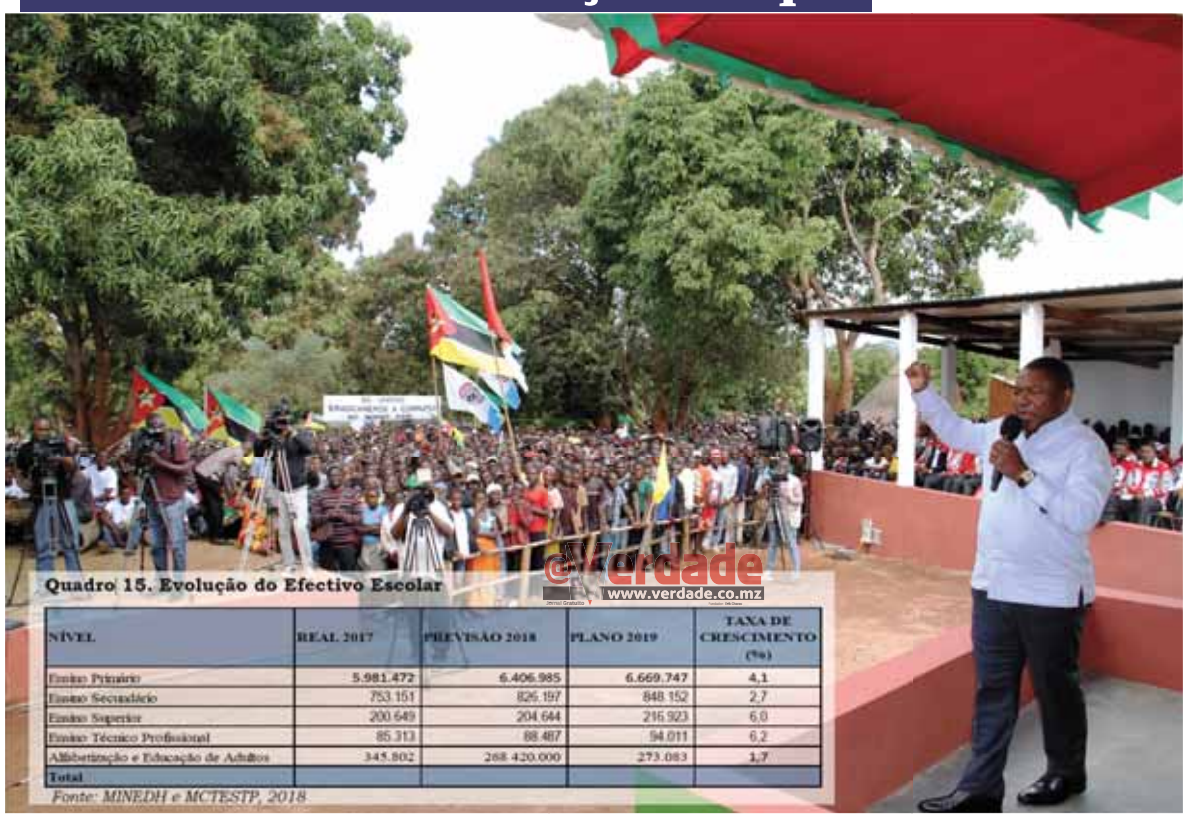
A PRM esteve no local e avançou que o sinistro pode ter resultado do excesso de velocidade e da condução em estado de embriaguez.

Os feridos eram maioritariamente adeptos da União Desportiva de Songo (UDS) e que regressavam à casa depois de uma partida de futebol, na qual a equipa em alusão foi consagrada campeã nacional, pela segunda vez consecutiva.

Quatro ocupantes contraíram ferimento graves e foram socorridos para o Hospital Rural de Songo, onde também foram observados as restantes vítimas com traumas ligeiras.

A Polícia renovou o apelo para a observância escrupulosa das mais elementares regras de trânsito e evitar, mormente, a condução sob efeito de álcool.

PES de Nyusi vai deixar centenas de milhares de crianças fora da escola secundária em Moçambique



Quadro 15. Evolução do Efectivo Escolar

NÍVEL	REAL 2017	PREVISÃO 2018	PLANO 2019	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ensino Primário	5.981.472	6.406.985	6.669.747	4,1
Ensino Secundário	753.151	826.197	848.152	2,7
Ensino Superior	200.649	204.644	216.923	6,0
Ensino Técnico Profissional	85.313	88.487	94.011	6,2
Alfabetização e Educação de Adultos	345.802	268.420.000	273.083	1,7
Total				

Fonte: MINEDH e MCTESTP, 2018

O Plano Económico e Social (PES) do Presidente Filipe Nyusi para 2019 propõe-se a deixar quase 400 mil crianças, que podem passar da 6ª classe, fora do ensino secundário devido a falta de escolas em Moçambique. Confrontada pelo @Verdade a Ministra da Educação indicou com soluções "o ensino à distância" e a "transformação de algumas escolas primárias que têm condições para albergar alunos do ensino secundários".

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **Arquivo**

continua Pag. 08

MISA - Moçambique apela à Justiça para refrear arbitrariedades contra as liberdades de imprensa e de expressão

O exercício das liberdades de imprensa e de expressão ocorre num ambiente cada vez mais hostil em Moçambique, facto consubstanciado por um elevado número de perseguições, ameaças, raptos e torturas a jornalistas, segundo o MISA-Moçambique, que acusa a Justiça de inércia para pôr cobro à situação.

Texto: **Redacção**

Os criminosos que praticam tais actos "são ligados ao poder político [Frelimo] e económico", por isso, mantêm-se anónimos.

Porém, quando presumíveis delinquentes são conhecidos "gozam da

continua Pag. 08

Mais um grupo de reclusos foge da Cadeia Central na Beira

Escapar da Cadeia Central da Beira, em Sofala, parece cada mais fácil e a infra-estrutura está a cair de podre aos poucos. Na madrugada de domingo (04), oito reclusos fugiram daquela prisão e é a segunda evasão de que se tem conhecimento publicamente, volvidos 14 meses. Um dos fugitivos foi recentemente condenado a 16 anos de prisão por envolvimento no roubo de 29 milhões de meticais no Millennium Bim, na Beira.

Texto: **Redacção**

Dos oito reclusos foragidos, dois cumpriam penas de prisão maior e seis estavam em reclusão preventiva, segundo o director daquela cadeia, Yazalde de Sousa. Este esclareceu que, para se colocarem ao fresco, os prisioneiros cortaram as grades da cela onde se encontravam.

O recluso implicado no roubo de 29 milhões de meticais no Millennium Bim, ora em parte desconhecida, responde pelo nome de Moniz Bambo. O outro elemento, que também escapuliu, chama-se Isaías Nicolau, acusado de assassinato uma cidadã portuguesa, Inês Bota, em Dezembro de 2017.

Inês Botas, de 28 anos de idade, foi assaltada, violentada, amarradas os membros superiores e inferiores e, em seguida, atirada ao rio Púnguè, a 70 quilómetros da cidade da Beira, supostamente com vida, mas no dia seguinte foi achada sem vida.

Em conexão com este crime, as autoridades detiveram também dois indivíduos neste momento nos calabouços. Os mesmos foram identificados pelos nomes de Jonas Moiana e Danilo Lampeão.

Reagindo à fuga dos oito reclusos, a Procuradora-Chefe de Sofala, Carolina Azarias, disse a jornalistas que não lhe parece que os responsáveis da cadeia sejam incompetentes. A reclusão em causa "é um edifício antigo (...)", sem condições de segurança e capacidade para albergar tantos prisioneiros lá existentes.

Refira-se que, em Agosto do ano passado, 17

continua Pag. 08

NOVA VERDADE
A verdade em cada palavra.

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

continuação Pag. 07 - PES de Nyusi vai deixar centenas de milhares de crianças fora da escola secundária em Moçambique

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tem constatado ao longo dos anos que embora o nosso país esteja a matricular cada vez mais crianças no ensino primário, particularmente na 1º classe, porém o número de alunos que entra na 8ª classe tem vindo a diminuir desde 2010 e situa-se abaixo dos 50 por cento. Quer isto dizer que das cerca de 400 mil crianças que frequentam a 7ª classe só aproximadamente 240 mil são admitidas para frequência da 8ª classe.

Todavia o PES do Governo de Nyusi para 2019 prevê um cenário ainda mais sombrio, das mais de 400 mil crianças que este ano estão a terminar o ensino primário do 2º grau apenas 21.955 serão admitidos na 8ª classe, portanto cerca de 5 por cento do total de alunos existentes.

Interpelada pelo @Verdade a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano, Conceita Sortane, começou por dizer que este exíguo número de crianças que está previsto transitar do ensino primário para o secundário poderá ser reavaliado em função dos resultados finais que só serão apurados no término do ano lectivo.

No entanto Conceita Sortane declarou: "Há um pormenor que é preciso destacar, esta transição é feita de duas maneiras: o ensino presencial e o ensino à distância. O que significa que todo aluno que não for para aquela escola do ensino presencial tem a oportunidade de passar para o ensino à distância sem sobressaltos".

Quadro 15. Evolução do Efectivo Escolar

NÍVEL	REAL 2017	PREVISÃO 2018	PLANO 2019	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Ensino Primário	5.981.472	6.406.985	6.669.747	4,1
Ensino Secundário	753.151	826.197	848.152	2,7
Ensino Superior	200.649	204.644	216.923	6,0
Ensino Técnico Profissional	85.313	88.487	94.011	6,2
Alfabetização e Educação de Adultos	345.862	265.420,000	273.083	1,7
Total				

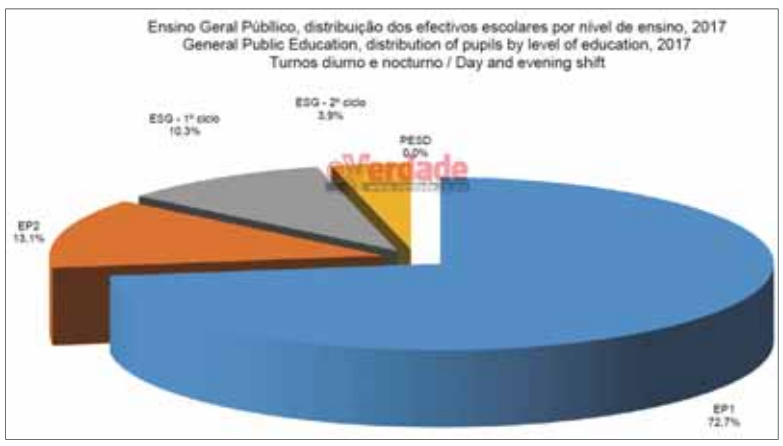
Fonte: MINEDH e MCTESTP, 2018

Entretanto o @Verdade descobriu que a baixa taxa de admissão no ensino secundário não se deve a reprovação, dados históricos do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano indicam que a taxa de repetentes varia entre os 5 a 15 por cento, mas está directamente relacionada com a falta de escolas como aliás evidenciam as estatísticas oficiais.

Solução governamental é "transformação de algumas escolas primárias que têm condições para albergar alunos do ensino secundários"

Em 2017 existiam 7.454 escolas onde se lecionava a 6ª e 7ª classes porém só haviam 539 escola a ministrar a 8ª, 9ª e 10ª classes em todo Moçambique. Portanto mesmo que só fossem aprovados metade das 400 mil crianças que estudam a 7ª classe não existem escolas suficientes para os admitir. O drama maior é na província da Zambézia onde mais de 91 mil alunos estudam em 2.147 escolas que leccionam o ensino primário do 2ª grau mas apenas existem 72 estabelecimentos para admiti-los no 1º ciclo do ensino secundário.

Confrontada a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano admitiu ao @Verdade que esta pequena absorção de alunos que deverão concluir a 6ª classe no secundário está relacionada com a falta de escolas e revelou que "por causa disso que um dos grandes desafios que nós temos é a transformação de algumas escolas primárias, que têm condições para albergar alunos do ensino secundários".



"Por exemplo aqui na cidade de Maputo, no bairro do Albasine, existe uma escola primária que estamos a requalifica-la para ter uma componente primária e outra componente infra estrutural de secundária, portanto os alunos que terminarem a primária passam logo para a secundária ali mesmo".

No seu Informe sobre o Estado da Nação que em 2017 o Presidente Filipe Nyusi admitiu que o seu Governo construiu apenas "três novas escolas secundárias, em Mecúfi e Namuno, na província de Cabo Delgado e Lichinga, na província de Niassa".

"O que eu garanto é a educação a distância vai garantir esta transição" disse ainda ao @Verdade a ministra Conceita Sortane, ignorando a fraca adesão e as dificuldades óbvias no seu acesso.

Estatísticas da Educação indicam que em 2017 frequentaram o "Programa de Ensino Secundário à Distância" apenas 31.968 estudantes em todo país, um aumento ínfimo comparativamente a 2016 que tinha registado 31.114 alunos.

O facto é que as estatísticas da Educação mais recentes mostram que em 2016 frequentaram a 7ª classe 443.794 crianças porém em 2017 somente 238.473 alunos foram admitidos na 8ª classe. Sendo a taxa de reprovação e torno de 5 por cento e 27 mil o número de repetentes o @Verdade conclui que nesse ano pelo menos 200 mil estudantes que passaram do ensino primário não conseguiram acesso ao ensino secundário em Moçambique.

Levantamento Escolar, Educação Geral, Escolas Públicas, 2016 / *Annual Survey, General Education, Public Schools, 2017* — Public Schools, 2017

Número de Escolas existentes e cobertas por província e nível de ensino / *Number of existing schools and schools with data by province and level of education.*

Província Province	Nº de escolas, turno diurno / Nº of schools, day shift												Nº de escolas, turno nocturno / Nº of schools, evening shift								
	EP1			EP2			ESG - 1º ciclo			ESG - 2º ciclo			EP2			ESG - 1º ciclo			ESG - 2º ciclo		
	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data	Exist. Existing	Cob. With data	%Cob With data
01 C. Delgado	928	928	100,0	537	537	100,0	24	24	100,0	13	13	100,0	13	13	100,0	11	11	100,0	9	9	100,0
02 Gaza	742	742	100,0	401	401	100,0	50	50	100,0	27	27	100,0	10	10	100,0	28	28	100,0	19	19	100,0
03 Inhambane	833	833	100,0	785	785	100,0	67	67	100,0	28	28	100,0	9	9	100,0	12	12	100,0	16	16	100,0
04 Manica	802	802	100,0	491	491	100,0	51	51	100,0	20	20	100,0	24	24	100,0	26	26	100,0	17	17	100,0
05 Maputo	472	472	100,0	322	322	100,0	35	35	100,0	21	21	100,0	50	50	100,0	32	32	100,0	18	18	100,0
06 Nampula	2.161	2.161	100,0	968	968	100,0	85	85	100,0	45	45	100,0	33	33	100,0	40	40	100,0	32	32	100,0
07 Niassa	1.052	1.052	100,0	369	369	100,0	33	33	100,0	17	17	100,0	6	6	100,0	10	10	100,0	7	7	100,0
08 Sofala	890	890	100,0	838	838	100,0	36	36	100,0	22	22	100,0	22	22	100,0	21	21	100,0	16	16	100,0
09 Tete	1.199	1.199	100,0	504	504	100,0	49	49	100,0	14	14	100,0	22	22	100,0	30	30	100,0	11	11	100,0
10 Zambezia	3.343	3.343	100,0	2147	2147	100,0	72	72	100,0	39	39	100,0	35	35	100,0	39	39	100,0	30	30	100,0
11 M. Cidade	100	100	100,0	92	92	100,0	37	37	100,0	18	18	100,0	14	14	100,0	36	36	100,0	14	14	100,0
Total	12.522	12.522	100,0	7454	7454	100,0	539	539	100,0	262	262	100,0	238	238	100,0	285	285	100,0	189	189	100,0

NB: Não se trata do número de edifícios escolares, mas do número de escolas que leccionam níveis de ensino / These are not physical buildings schools but the number of schools teaching levels of education
Exist - Existentes; Cob - Com informação; %Cob - Percentagem de escolas com informação
EP1 - 1ª/5ª classe (EP1 - grade 1 to 5); EP2 - 6ª/7ª classe (EP2 Grade 6 to 7); ESG1 - ESG 1ª ciclo, 8/10ª classe (Grade 8 to 10); ESG2 - ESG 2ª ciclo, 11ª/12ª classe (Grade 11 to 12) — 01-08-2017

continuação Pag. 07 - MISA - Moçambique apela à Justiça para refrear arbitrariedades contra as liberdades de imprensa e de expressão

maior protecção e permanecem impunes aos olhos de um sistema de administração da justiça que não coloca mão para a sua devida responsabilização."

O MISA-Moçambique insta ao Presidente da República, Filipe Nyussi, a garantir que sejam postas em práticas todas as medidas de protecção dos jornalistas e a permitir que eles realizem o seu trabalho num ambiente de liberdade e de segurança.

Adicionalmente, aquele organismo entende que, "para além de agir no sentido de serem penalizados todos os predadores e inimigos das liberdades de imprensa e de expressão", o Estado devia assegurar que os que colocam em causa a integridade física dos jornalistas sejam julgados e exemplarmente condenados, "à luz das leis que regem o sistema da Justiça do nosso país".

Num outro desenvolvimento, o MISA-Moçambique lamenta o facto de país não estar a assumir uma posição firme e pública a favor da liberdade dos jornalistas, bem como não mostra vontade de ractificar os instrumentos internacionais das Nações Unidas em prol de classe.

O MISA fez estas declarações, em comunicado de imprensa, por ocasião do "Dia Internacional para Acabar com a Impunidade por Crimes contra Jornalistas", anualmente assinalado a 02 de Novembro.

A efeméride é celebrada desde 2014, depois da criação da data, em Dezembro de 2013, na sequência do assassinato de dois jornalistas franceses no Mali.

continuação Pag. 07 - Mais um grupo de reclusos foge da Cadeia Central na Beira

reclusos fugiram da Cadeia Central da Beira.

Na sequência, o Tribunal Judicial da Cidade da Beira, condenou um guarda prisional, Lucas Cobra, a oito anos de cadeia por ter introduzido uma arma do tipo pistola, a qual foi depois usada para facilitar a fuga de outros 15 presos.

Na circunstância, o tribunal condenou Manuel Chico – motorista que transportaria dois dos 17 fugitivos – pelo seu envolvimento no mesmo crime.

INSS põe termo a esquemas irregulares de atribuição de pensões e subsídio de doença

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) tem estado a fazer averiguações de processos irregulares de prestações detectados durante o processo de migração da informação manual para o sistema informático, no quadro da execução da segunda fase do Sistema de Informação da Segurança Social de Moçambique, o SISSMO-Pagamento.

Texto: **www.fimdesemana.co.mz**

Durante o trabalho, foi identificado, um caso da pensão de sobrevivência, no distrito de Sussundenga, província de Manica, em que o irmão do falecido beneficiário recebeu, de forma fraudulenta, durante alguns meses, o montante de 71.074,75 meticais, em nome da viúva e dos órfãos.

Como medida, o INSS, em coordenação com as autoridades administrativas daquele distrito, exigiu que o visado devolvesse à família o valor que recebera de forma indevida, o qual comprometeu-se, através de uma declaração, a fazê-lo em prestações mensais.

Na província da Zambézia, a delegação provincial do INSS indeferiu um processo de subsídio de doença, por se ter constatado que os dois atestados de doença apresentados pelo requerente eram falsos.

O beneficiário que cometeu o acto foi suspenso dos seus direitos durante um período de seis meses, tendo sido feita a participação criminal do caso à Procuradoria provincial.

Mundo

Ofensiva mata mais de 50 rebeldes houthis no Iémen

Mais de 50 rebeldes xiitas houthis e 17 soldados das forças leais ao governo do Iémen morreram neste domingo em confrontos nos arredores do estratégico porto da cidade de Hodeida, no oeste do Iémen, segundo informou a televisão estatal.

Texto: **Agências**

As tropas do governo, apoiadas pelas milícias da Resistência Conjunta, que são integradas por combatentes respaldados pelos Emirados Árabes, continuam a avançar e estão perto do bairro residencial de Al Saleh, a sete quilômetros do porto.

Os soldados e milicianos leais ao presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi cercaram os bairros ao leste de Hodeida, com o apoio dos aviões da coligação árabe que operam no Iémen contra os rebeldes houthis.

Além disso, conseguiram tomar o controle do complexo da Faculdade de Engenharia, próximo ao bairro 7 de Julho, segundo a televisão. Moradores desse bairro disseram à Agência Efe que centenas de pessoas começaram a abandonar suas casas e rumo ao sul da cidade.

Os habitantes disseram que os confrontos se aproximaram do bairro, onde já caíram mísseis, e que a conexão com a internet está interrompida desde essa manhã.

No sábado, as forças do governo e aliados intensificaram a ofensiva sobre Hodeida, após anunciarem o lançamento da operação para "libertar" a cidade das mãos dos houthis, que a controlam desde 2014.

Polícia frustra tentativa de assalto a uma cidadã em Tete

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Tete, abortou uma tentativa de assalto à mão armada, cujo alvo seria uma cidadã, na capital daquela província. O acto seria protagonizado por quatro indivíduos, um dos quais ficou gravemente ferido numa troca de tiros.

Texto: **Redacção**

A intenção dos supostos bandidos era roubar uma viatura da cidadã em alusão, segundo Lurdes Ferreira, porta-voz do Comando Provincial da PRM, naquele ponto do país.

Dos indiciados, três escaparam e estão em parte incerta, mas a corporação lançou uma operação com vista a recolhê-los aos calabouços.

O presumível bandido que ficou gravemente ferido durante a troca de tiros com a PRM encontra-se hospitalizado e algemado no leito hospitalar, sob vigia.

Quando ele tiver alta médica, de acordo com Lurdes Ferreira, será conduzido às celas, onde deverá aguardar pelos trâmites subsequentes do processo-crime instaurado contra si.

A arma de fogo do tipo pistola e as respectivas munições já está nas mãos das autoridades policiais.

Neto mata avô ao confudi-lo com animal em Govuro

Um homem de 54 anos de idade morreu vítima de tiro ao ser confundido com um animal, pelo próprio neto, durante uma actividade de caça, à noite, no distrito de Govuro, a norte da província de Inhambane.

Texto: **Redacção**

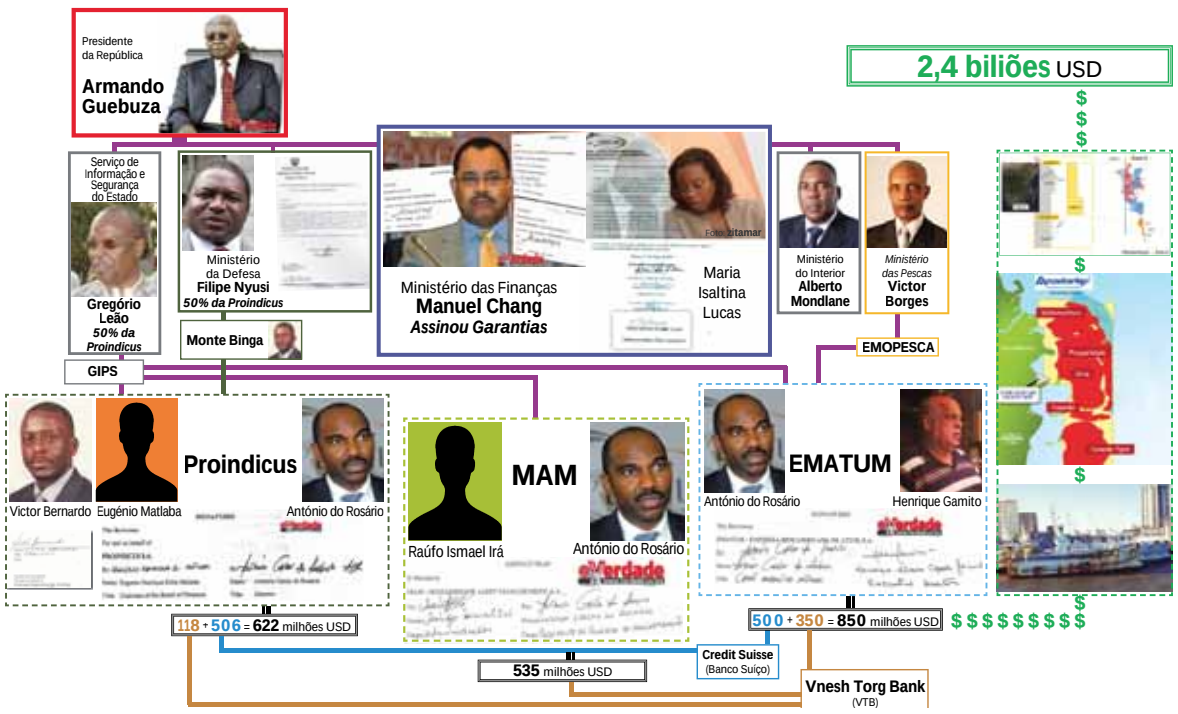
O suposto homicida é um adolescente de 16 anos de idade, que já se encontra privado de liberdade.

O @Verdade apurou que há anos que o jovem praticava a mesma actividade a convite do malogrado. No fatídico dia, os dois saíram armados para mais uma jornada e depois de caminharem pela mata separaram-se, como estratégia para encurralar os animais.

O indiciado disse que disparou contra o avô depois de confundi-lo com um animal, à noite. Ele argumentou que se tratou de uma morte acidental.

continua Pag. 10 →

Nyusi anuncia hipoteca do gás do Rovuma para pagar dívidas ilegais da EMATUM, 850 milhões custarão 2,4 biliões de dólares ao povo



Em vez de responsabilizar os arquitectos e executores dos empréstimos ilegais e recuperar os biliões que não entraram no erário o Governo de Filipe Nyusi chegou a um "acordo de princípios" com grande parte dos credores da EMATUM para reestruturar a dívida. Contas feitas pelo @Verdade revelam que o empréstimo de 850 milhões de dólares contraído em 2013, violando a Lei Orçamental e a Constituição da República de Moçambique, vão custar ao povo pelo menos 2,4 biliões de dólares norte-americanos... e falta ainda pagar as também ilegais dívidas da Proindicus e MAM!

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **Arquivo**

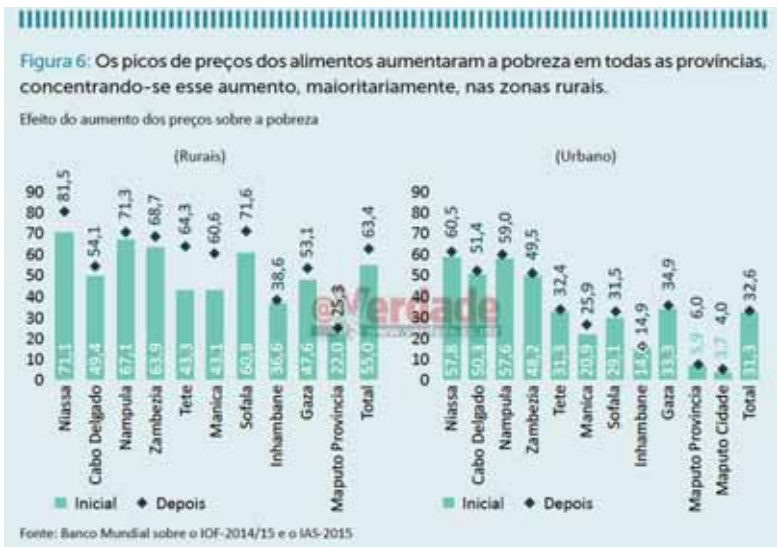
continua Pag. 10 →

Dívidas ilegais aumentaram a pobreza dos mais pobres em Moçambique, afirma Banco Mundial

A crise económica desencadeada pelas dívidas ilegais "poderá ter-se traduzido num aumento de 4 a 6 pontos percentuais nos níveis de pobreza" em Moçambique, afirma o Banco Mundial.

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **Arquivo**

De acordo com o documento "Actualidade Económica de Moçambique do Banco Mundial", apresentado na semana passada em Maputo, a subida acentuada no preço dos alimentos, que chegou a ser de 40 por cento em Novembro de 2016, como resultado da crise que o nosso país vive desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM e que resultaram na suspensão do Programa do Fundo Monetário Internacional assim como da ajuda dos Parceiros ocidentais de Cooperação, "levaram à redução do consumo das famílias, principalmente nas zonas rurais".



"Uma análise recente do Banco Mundial sobre as implicações a nível de bem-estar do pico da inflação dos alimentos que ocorreu em 2016-17 constatou que essa situação poderá ter-se traduzido num aumento de 4 a 6 pontos percentuais nos níveis de pobreza, com maior peso sobre algumas das províncias mais pobres (Manica, Niassa e Tete), devido ao seu elevado nível de dependência do consumo de milho", pode-se ler no documento.

Moçambique embora produza bastante milho continua a ser um grande importado do cereal que é a base da alimentação de grande parte das populações e, segundo o Banco Mundial, um aumento de 10 por cento no seu preço "provocou uma redução no consumo per capita das famílias de 1,2 por cento nas áreas rurais e 0,2 por cento nas áreas urbanas".

"Os efeitos das alterações dos preços do arroz e da mandioca sobre o bem-estar foram menores, mas equivalentes em termos qualitativos.

continua Pag. 10 →

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

continuação Pag. 09 - Nyusi anuncia hipoteca do gás do Rovuma para pagar dívidas ilegais da EMATUM, 850 milhões custarão 2,4 biliões de dólares ao povo

O Ministério da Economia e Finanças anunciou nesta terça-feira (06) ter chegado "a acordo de princípios sobre os principais termos comerciais para a reestruturação proposta dos títulos da dívida de 726.524.000,00 dólares a taxa de 10,5 porcento, com vencimento em 2023, com quatro membros do Grupo Global dos Detentores dos Títulos de Moçambique".

Esses credores - a Farallon Capital Europe LLP, a Greylock Capital Management LLC, a Mangart Capital Advisors SA e a Pharo Management LLC - gerem 60 por cento dos Títulos da Dívida Pública Soberana de Moçambique em dólares que foi inicialmente emitida como um empréstimo de 850 milhões de dólares norte-americanos à favor da Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), a 30 de Agosto de 2013, sem a aprovação da Assembleia da República, como mandata a Constituição da República, e violando o limite orçamental desse exercício económico.

Este "acordo de princípios" acontece um dia depois de Filipe Nyusi ter afirmado que a Justiça está distante do povo, "será que o cidadão que em flagrante delito encontrou alguém a roubar o seu gado em Matutuíne, Magube ou Buzi, terá a necessária paciência para aguardar a decisão do recurso interposto pelo condenado sem que receba o seu animal de volta? Ele viu o animal a ser carregado e viu a pessoa é essa, vai-se para tribunal e a pessoa só porque sabe que a lei lhe ajuda faz recurso e ele não recebe o gado e fica infinitamente a espera do recurso ser julgado, a população não percebe isso!".

Acontece que o povo, que tem sido o maior sofredor crise económica desencadeada pelas dívidas ilegais - uma análise recente do Banco Mundial concluiu que a inflação de alimentos que ocorreu em 2016 e 2017 "poderá ter-se traduzido num aumento de 4 a 6 pontos percentuais nos níveis de pobreza" -, também não entende a intransigência do partido Frelimo e de Filipe Nyusi em não punir os funcionários do Estado que endividaram Moçambique recorrendo a Garantias Soberanas emitidas ilegalmente, violando a Constituição da República e leis orçamentais.

Armando Emílio Guebuza, António Carlos do Rosário, Gregório Leão, Manuel Chang, Maria Isaltina de Sales Lucas , Eugénio Henrique Zitha Matlaba, Victor Bernardo, Filipe Jacinto Nyusi, Henrique Álvaro Cepeda Gamito, Raúfo Ismael Irá, Victor Borges, Alberto Mondlane são alguns desses funcionários do Estado já publicamente identificados e que continuam impunemente não só convivem com os moçambicanos como ainda ocupam cargos importantes no Estado.

850 milhões podem custar 2,4 biliões de dólares que acabar com aulas ao relento e edificar hospitais em todos os distritos

Sendo certo que as dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM foram contraídas de forma a que o povo não possa renuncia-las, , apesar de todas ilegalidades, sob pena de sofrer ainda mais as represálias dos mercados financeiros internacionais uma análise do @Verdade ao "acordo de princípios" revela que trata-se de mais um negócio muito mau para Moçambique.

O Governo pretende trocar os actuais Títulos da Dívida Pública Soberana de Moçambique no valor de 726.524.000 dólares a taxa de 10,5 por cento, com vencimento em 2023, por novos Títulos de Dívida Pública Soberana no montante de 900 milhões de dólares norte-americanos a taxa de 4 por cento mais 1,875 por cento que é capitalizado progressivamente e que serão pagos em cinco parcelas iguais entre 30 de Setembro de 2029 e 30 de Setembro de 2033, cada parcela no valor de pouco mais de 201 milhões de dólares norte-americanos.

O Executivo de Nyusi pretende pagar apenas os juros, já a partir de Março do próximo ano, cerca de 36 milhões de dólares duas vezes por ano, e deixar o grosso da factura para o seu sucessor que a partir de 2025 terá que pagar só de juros mais de 59 milhões de dólares.

Adicionalmente Filipe Nyusi deixa para quem o suceder na Presidência o ónus de quer pagar aos credores mais 500 milhões de dólares indexados a "receita fiscal agregada de Moçambique no ano antecedente derivada de projectos de gás natural de Área 1 e Área 4 (incluindo a soma de royalties, bónus de produção, participação do governo no lucro líquido, imposto corporativo e imposto retido na fonte sobre dividendos e juros) a serem distribuídos proporcionalmente aos detentores de uma série de instrumentos de valorização".

O @Verdade entende que em termos práticos estes instrumentos de valorização só deverão começar a ser pagos depois de 2023, que é a altura em que estão previstas as primeiras receitas fiscais dos projectos de exploração de gás natural da ENI e quiçá da Anadarko, de a Decisão Final de Investimento acontecer em meados de 2019 como é expectável.

Contas feitas pelo @Verdade indicam que no total, só para amortizar o empréstimo ilegal da EMATUM, os moçambicanos vão pagar aos credores, que incluem vários fundos de pensão e grandes bancos europeus para além do Credit Suisse International e VTB Capital PLC, mais de 2,4 biliões de dólares norte-americanos até 2033.

Só metade deste dinheiro chegaria para construir 35 mil salas de aulas resilientes as Calamidades Naturais e tirar todas as crianças que estudam ao relento. Com o bilião remanescente seria possível edificar mais de 150 hospitais distritais o que acabaria também com o drama dos moçambicanos de acesso a Saúde.

Fica a consolação que pelo menos desta vez o acordo que está a ser negociado assim como as novas Garantias Soberanas que serão emitidas deverão passar pela Assembleia da República, onde a maioria do partido Frelimo naturalmente irá chancelar a continuação do sofrimento do povo moçambicano.

O @Verdade sabe que uma equipa do Fundo Monetário Internacional está em Maputo e nas reuniões com o Ministério da Economia e Finanças teve acesso a este "acordo de princípios" antes de ser divulgado.

continuação Pag. 09 - Neto mata avô ao confudi-lo com animal em Govuro

Ora, o indiciado pode ser acusado de homicídio doloso, se for constatado que houve intenção de tirar a vida ano avô. Todavia, cabe a ele provar que atirou contra a vítima sem intenção.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Inhambane, Juma Ali Dauto, confirmou o acto e explicou que o miúdo está detido porque se trata de um homicídio que carece de investigação.

continuação Pag. 09 - Dívidas ilegais aumentaram a pobreza dos mais pobres em Moçambique, afirma Banco Mundial

Os efeitos negativos dos aumentos de preços foram maiores para os três primeiros quintis da distribuição dos rendimentos. Estes resultados evidenciam os custos da instabilidade macroeconómica para os pobres, principalmente se levarmos em conta a desproporcionalidade da medida em que os picos de preços dos alimentos são sentidos pelas famílias mais carenciadas, mesmo nos casos em que elas próprias são produtoras de alimentos", conclui o documento do Banco Mundial que estamos a citar.

Homem mata amigo à facada na Manhiça e entrega-se à Polícia

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve um indivíduo que confessou ter assassinado o próprio amigo com recurso a uma faca, depois de supostamente surpreendê-lo debaixo da sua cama, no distrito da Manhiça, província de Maputo. O homicida alegou que a vítima se envolveu sexualmente com a sua esposa e ainda tentou agredi-lo.

Texto: **Redacção**

A. Salvador, agora a ver o sol aos quadradinhos nas celas do Comando Distrital da PRM da Manhiça, afirmou que se lembra de ter espetado pelo menos três facadas à vítima, das quais duas no abdómen, durante a disputa pelo instrumento, e uma nas costas, quando a finado tentava escapar com vida.

Segundo o acusado, antes do sucedido, ele e o malogrado estiveram juntos o consumir bebidas alcoólicas numa barraca. A vítima o teria abandonado sem dizer para onde se dirigia.

Volvido algum tempo, o indiciado regressou à casa e ficou surpreendido ao descobrir que o amigo estava debaixo da sua cama. Ao procurar saber o que é que se estava a passar, percebeu que o ofendido tinha mantido relações sexuais com a sua esposa.

O cidadão contou ainda que, quando chegou ao seu domicílio, a mulher exigiu que a acompanhasse à casa de banho, o que deixou homem desconfiado, sobretudo porque a porta traseira da casa estava aberta, algo que não era normal.

Durante a discussão com a companheira, A. Salvador apercebeu-se de que debaixo da sua cama havia um indivíduo. Quando a consorte notou que já tinha sido descoberta desapareceu sem deixar rastos.

"Ela queria que eu saísse com ela para a casa de banho para o amante ficar a fugir. Por isso abriu a porta de traseira da casa para criar facilidades àquele homem", narrou o cidadão.

Diante da alegada infidelidade, o homem não conseguiu manter a frieza e deixou-se tomar pela ira. Por conseguinte, com recurso uma faca, ele tirou a vida do presumível amigo e amante da sua consorte. "Lutamos, houve perseguição e ele caiu na rua ferido", sem no entanto resistir a ferimentos.

O porta-voz do Comando Provincial da PRM em Maputo, Fernando Manhiça, confirmou o crime e disse que decorrem diligências com vista a apurar mais elementos para a responsabilização do indiciado.

Menina de 14 anos estuprada e assassinada em Manica

Um indivíduo de 44 anos de idade encontra-se detido, desde o último fim-de-semana passado, supostamente por ter abusado sexualmente e tirado a vida de uma adolescente de 14 anos de idade, no distrito de Macate, província de Manica. O crime foi cometido com recurso a uma faca, disseram as autoridades policiais.

Texto: **Redacção**

Consumado o homicídio, o acusado "tentou colocar-se em fuga" mas a sua intenção foi frustrada pela população, que ainda tentou linchá-lo. Se a Polícia tivesse chegado tarde, o pior teria acontecido ao pretenso ofensor da criança em alusão.

O porta-voz da PRM, em Manica, Mateus Mindú, disse à imprensa que o caso aconteceu no bairro Macuara.

Segundo testemunhas, o presumível estuprador vive próximo à casa da vítima, cuja identidade omitimos por razões óbvias. Ninguém suspeitava dos seus passos ou das suas más intenções para com a miúda. Ora, o medo tomou conta da família enlutada e de outras pessoas que têm meninas sob os seus cuidados.

À Polícia da República de Moçambique (PRM), os parentes da malograda e os vizinhos narraram que o suspeito responde pelo nome de F. Maronga. O seu cartão de eleitor deixado no local do crime confirma a identidade.

Ele invadiu a casa da rapariga na sexta-feira (02) à noite e dirigiu-se ao quarto da mesma, de onde a arrastou até à varanda e abusou dela.

Na tentativa de apagar os vestígios do crime, F. Maronga escondeu o cadáver da miúda atrás da casa, onde foi descoberta pela mãe já sem vida e sem roupa.

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista
Telegram
86 450 3076
E-Mail
averdademz@gmail.com

Reforma eleitoral que aprofunde a democracia em Moçambique não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, diz o IESE

Desde 1994 que todas a eleições em Moçambique são antecedidas de revisões ao chamado "pacote eleitoral", em termos práticos bipolarizadas entre os dois maiores partidos políticos. Para Marc De Tollenaere, do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), que nesta quinta-feira (08) lança a nona edição da série "Desafios para Moçambique", uma reforma eleitoral que efectivamente aprofunde a democracia no nosso país "provavelmente não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, como nos têm feito crer nos últimos 20 anos".

Texto: **Adérito Caldeira** • Foto: **Arquivo**

continua Pag. 12

Há tendência de usar cidadãos como instrumentos dos partidos políticos em Moçambique

O académico e analista moçambicano, Adriano Nuvunga, denuncia uma subversão da política, um escamoteamento dos fundamentos da democracia e uma tendência de transformar os cidadãos em instrumentos dos partidos políticos [partidocracia] e não estes em instrumentos dos cidadãos [democracia]. E mais: segundo ele, a Frelimo, partido que tem a superioridade de influência e autoridade no Governo, porque nele está imiscuído, vende a falsa ideia de que "as autarquias são prestadoras de serviços" ao cidadão. "Eu não concordo (...)", pois na prática não é isso que ocorre.

Texto: **Emildo Sambo**

Resumindo o pensamento do académico, na democracia moçambicana os cidadãos tendem a não escrutinar os políticos e são impingidos a partidocracia, na qual os políticos é que escrutinam os cidadãos, concentram a política nos próprios partidos e aos mesmos cidadãos é restrita a participação para tomada de decisões, até em processos que lhes dizem respeito.

Dissertando sobre "o significado político dos resultados eleitorais e a sua ligação com a descentralização", esta quarta-feira (07), em Maputo, Adriano Nuvunga defendeu que os problemas que ciclicamente caracterizam os processos eleitorais em Moçambique podem ter começado nas primeiras eleições autárquicas, em 1998, porque não foram criadas condições para haver confiança entre os concorrentes.

É que, naquele ano, todas as formações políticas da oposição, incluindo o maior deles, a Renamo, boicotaram as eleições. Mesmo assim, a Frelimo não recusou da sua decisão de levar avante o processo. E a Renamo voltou repetir o boicote em 2013.

Para o académico e analista, o que se tem estado a assistir é realização de eleições sem consenso e isto é característico no país. É cada vez mais comum realizar eleições mesmo que os outros não participem no processo, sublinhou a fonte e, a partir da sua própria observação deixou claro que a situação "amputa o potencial da democratização", o eleitor. "Houve redução do significado das eleições".

Centrando-se no recente escrutínio, Adriano Nuvunga também está convicto de que "metodologicamente falando, a oposição, em particular a Renamo, venceu" as eleições autárquicas realizadas no dia 10 de Outubro passado.

Aliás, apesar de se dizer que as mesmas eleições elas foram no quadro da viabilização do desiderato da paz, entre outros argumentos, até certo ponto políticos e destituídos de qualquer (auto)crítica, os resultados eleitorais mostraram, de forma nua e crua, que "o poder que o partido dominante [a Frelimo] ostenta não tem correspondente eleitoral" localmente.

Por via disso, há uma negação do que é propagado como modelo do partido dominante [Frelimo] e há regressão para 1999, onde dominava o bipartidarismo político na sociedade.

Para o académico, as leis não podem ser usadas para constranger e limitar o espaço de exercício da de cidadania e participação política ao nível local. Os eleitores jovens [sobretudo o que votaram

continua Pag. 12

FACTOS
A verdade em cada palavra.

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

continuação Pag. 11 - Reforma eleitoral que aprofunde a democracia em Moçambique não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, diz o IESE

O pleito de 10 de Outubro passado foi precedido de emendas à lei do estatuto jurídico das autarquias locais e a lei de eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais. Para as Gerais de 2014 foram revistas as leis da Comissão Nacional de Eleições e do Recenseamento Eleitoral.

Todos pleitos anteriores foram antecedidos de mudanças negociadas pelos dois principais partidos políticos, salvo em 2007 quando o partido Frelimo impôs unilateralmente um novo "pacote eleitoral". Paradoxalmente as duas formações que polarizam a política estão envolvidos em novas (antigas) negociações para novas reformas tendo em vista as Gerais de 2019.

"Apesar das reformas eleitorais quase permanentes e do "bom aconselhamento" repetido por observadores e especialistas eleitorais, alguns problemas nunca chegaram a ser resolvidos: o processo de apuramento continua a ser excepcionalmente longo e pouco transparente, os procedimentos de apelação e contestação não funcionam na prática, a impunidade continua a prevalecer e os órgãos de administração eleitoral são politizados em vez de serem neutros" constatou ainda antes das Autárquicas deste ano Marc De Tollenaere,

mestrado em Estudos de Desenvolvimento e História, num dos 18 artigos que fazem parte do "Desafios para Moçambique 2018".

Para este cidadão belga que é membro fundador do IESE a comunidade internacional e a sociedade civil moçambicana são cúmplices dos partidos Frelimo e Renamo nestas contínuas reformas eleitorais pois financia-a e dão o seu suporte com a crença que é a "maneira de impedir o retorno a conflitos violentos resultantes de disputas eleitorais, a melhor de promover ou aprofundar a democracia em Moçambique, a única maneira de eliminar as imperfeições de uma democracia emergente e criar confiança entre os arqui-rivais".

Marc De Tollenaere conclui que "a reforma eleitoral que aprofunda a democracia (todas as partes aceitam as regras do jogo; há muito mais transparência e um terreno de jogo mais nivelado) provavelmente não surgirá de negociações entre a Frelimo e a Renamo, como nos têm feito crer nos últimos 20 anos".

Revisões do "pacote eleitoral" não alterarão a natureza do autoritarismo competitivo em Moçambique

Este consultor em governação em África, com mais de duas décadas de experiência de trabalho no nosso país, considera que "Moçambique enquadra-se no que Schedler denomina como um regime autoritário eleitoral".

"(...) Regimes autoritários eleitorais estabelecem eleições plurais como percurso oficial para o poder (...) estabelecem a competição eleitoral como único jogo aceitável. Ao mesmo tempo que instituem o jogo eleitoral (a disputa por votos), introduzem dois metajogos simétricos: o jogo da manipulação autoritária, no qual partidos no poder procuram controlar os resultados da competição eleitoral, e o jogo da reforma institucional, em que os partidos da oposição procuram desmantelar as restrições não democráticas que prejudicam a sua luta pelos votos".

Concluindo que as revisões do "pacote eleitoral" não alterarão a natureza do autoritarismo competitivo em Moçambique, seja do partido Frelimo ou mesmo do partido Renamo, Marc De Tollenaere profetiza que: "Este autoritarismo poderá mudar devido a uma crise de sucessão dentro do partido no poder que leve a uma deserção significativa e/ou devido a uma crise de recursos que reduza os meios necessários para sustentar o clientelismo político de uma fracção suficientemente grande do eleitorado (neste caso, cerca de três milhões de eleitores)".

Será Samora Machel Júnior o rastilho para uma crise de sucessão dentro do partido Frelimo? Ou será que a crise económica que estamos a viver, e pelos vistos continuaremos a enfrentar até o gás começar a dar para pagar as dívidas legais e as ilegais, é o pavio necessário para que os moçambicanos votem massivamente na mudanças em Moçambique?

continuação Pag. 11 - Há tendência de usar cidadãos como instrumentos dos partidos políticos em Moçambique

pela primeira] podem ter escolhido um determinado partido, por exemplo, por não se reverem num e outra. Mas, provavelmente, também podem ter votado numa formação política por causa de problemas maiores que tenham constatado e a situação acabou beneficiando o outro concorrente directo.

No que às edilidades diz respeito, Nuvunga mostrou-se claro neste ponto: "considerar que as autarquias locais são prestadoras de serviços é uma tentativa reducionista a que se tem estado a assistir nos últimos tempos."

O poder político/público, concretamente a Frelimo, tenta demonstrar uma coisa que na prática não existe. "As autarquias não são prestadoras de serviços."

Aliás, quando se iniciou o processo de autarcização nem foi esse o enquadramento político adoptado, pese embora as leis sobre a matéria possam conduzir o debate nessa direcção.

Em 1993, pensou-se, e bem, em converter os distritos em municípios e o Estado ficaria com o exercício do poder central e os municípios seriam o veículo de realização do Estado localmente, segundo o interlocutor.

Contudo, "as eleições de 1994 criaram um susto a esse processo porque no pós-eleições fundadoras da democracia, em 1998, não houve um mecanismo credível de partilha do poder", a par do que aconteceu na África do Sul, por exemplo.

Em Moçambique, o projecto de partilha do poder ruiu, visto que se "olhou para as autarquias locais como mecanismos de partilha do poder".

Num outro desenvolvimento, Nuvunga afirmou, ainda no contexto das quintas eleições autárquicas de 10 de Outubro último, não é convincente o argumento dado por determinados políticos, académicos e demais, segundo o qual os acordos em torno do diálogo político versus descentralização visam a paz de que tanto se fala no país. "A ter que ser esse" o objectivo, o modelo deve ser "alargado para uma discussão mais ampla", mormente com a juventude.

O processo [diálogo/ descentralização] foi feito de uma forma reducionista e não pode ser visto nesse prisma, disse o analista e argumentou: a revisão do pacote eleitoral faria bastante sentido se fosse aplicado meramente aos conselhos distritais. Mas foi aplicado aos governos locais democráticos, o que representa um retrocesso, "em parte para a consolidação da democracia local, mas fundamentalmente para a estruturação da liderança local."

O modelo que norteou as recentes eleições autárquicas exterioriza e engrandece a importância dos partidos políticos. É uma partidocracia, sobretudo quando a desconfiança entre os partidos políticos ainda é a nota dominante. "É um modelo que gera mais confusão do que resolver os problemas de governação."

Nuvunga falava numa conferência sobre "Municipalização e Gestão Urbana em Moçambique", que termina esta quinta-feira (08).

Ministros do Interior e da Defesa gazetam "prova oral" no Parlamento

Os ministros do Interior e da Defesa gazetaram a Sessão de Informações do Governo à Assembleia da República. "Foram registados incidentes localizados e distúrbios da ordem pública" esclareceu o ministro da Justiça aos deputados sobre a actuação da Polícia durante as Eleições Autárquicas. Relativamente as actividades da Forças de Defesa e Segurança, Joaquim Veríssimo disse que "a situação actual da ordem e segurança pública nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Macomia e Nangande está controlada".

Texto & Foto: **Adérito Caldeira**

O Governo de Filipe Nyusi foi nesta quarta-feira (07) ao Parlamento esclarecer os deputados do partido Frelimo sobre "as acções em curso visando a construção e reabilitação de estradas e pontes, de modo a melhorar a transitabilidade na EN1 e nas vias de acesso que asseguram o escoamento e comercialização da produção agrícola no País".

Já as perguntas das bancadas parlamentares dos partidos Renamo e MDM o Executivo deu resposta evasivas e retratou um país onde a Polícia da República de Moçambique(PRM) "foi determinante para prevenir e conter actos de violência em momentos pré e pós-eleitoral" e ainda, nas palavras do primeiro-ministro, "predomina no país um clima de ordem, tranquilidade e segurança pública".

Na ausência sem justificação do ministro do Interior, Jaime Basílio Monteiro, coube ao ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos esclarecer por que "a Polícia em épocas eleitorais molesta de forma reiterada aos membros e simpatizantes dos partidos políticos da oposição ao invés de garantir a ordem e segurança dos eleitores que desejam ter eleições livres, justas, transparentes e com credibilidade?".

"Foram registados incidentes localizados e distúrbios da ordem pública no âmbito da campanha eleitoral, processo de votação e de escrutínio em alguns municípios que requereram a pronta intervenção da PRM, principalmente em Manica, Montepuez, Mocímboa da Praia, Tete e Moatize", declarou Joaquim Veríssimo.

Relativamente ao pedido de "informações precisas da origem e objectivos das acções armadas na Província de Cabo Delgado, concretamente no Distrito de Mocímboa de Praia e nas zonas circunvizinhas", e na ausência, também injustificada do ministro Atanásio Salvador M'Tumuke, o titular da Justiça secundou o primeiro-ministro afirmando que: "A situação actual da ordem e segurança pública nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Macomia e Nangande está controlada".

"O carácter das acções dos malfeitores enquadram-se no âmbito da ordem e segurança pública, competindo a Polícia da República de Moçambique o seu combate em coordenação com as demais força e serviços relevantes para o efeito", acrescentou Joaquim Veríssimo.

No entanto o ministro da Justiça contradiz-se explicando que: "Os incidentes violentos registados nos distritos já citados são atípicos e mereceram uma resposta imediata, robusta e extraordinária por parte das Forças de Defesa e Segurança. Desde então estão em implementação medidas especial de segurança das zonas afectadas através do alargamento da presença das Forças de Defesa e Segurança".

Selo d'@Verdade

Carta aberta ao comandante provincial da Polícia da República de Moçambique em Nampula

Senhor comandante, não irei saúda-lo, elevá-lo ou bajulá-lo pela maneira como está a dirigir as forças de protecção e segurança públicas ao nível da província de Nampula.

Muito pelo contrário, escrevo esta carta com o simples intuito de exprimir, com desgosto, os meus sentimentos pela forma pouco eficiente e pouco sábia de dirigir a corporação que lidera. Aliás, senhor comandante, geralmente, a carta aberta é um veículo de comunicação nu e cru que serve para expor as mais verdades podres e humilhações. Por isso, não espere que venha apreciá-lo neste punhado de frases.

Eu, nós os cidadãos da província de Nampula, em particular da cidade de Nampula, o maior centro urbano da província e da zona norte, andamos desgastados, e com o "saco cheio" por culpa da onda de criminalidade que vem assolando esta província. Estamos sim furiosos com os criminosos, mas ainda mais com os nervos à flor da pele por causa da Polícia que pouco ou nada faz para nos proteger desses malfeitores. é a sua função como Polícia aplicar a lei, proteger e servir.

Enquanto a onda de crimes aumenta a cada dia que passa, o senhor comandante mantém-se inerte e sereno como se nada estivesse a acontecer. É motivo para questionar a sua competência e capacidade de liderança.

Nem sequer tem a coragem para dar a cara e falar com os cidadãos sobre o trabalho que está a ser desenvolvido para mitigar os crimes, como é suposto um líder como o senhor comandante fazer, sempre que necessário, e razões há, mais do que necessárias, para o senhor sair da sua zona de conforto e falar.

Nos últimos meses, a população da cidade de Nampula vem se lamentando pela pouca presença da Polícia nos bairros suburbanos da capital nortenha onde se registam crimes hediondos que criam tristeza e luto no seio das famílias.

Senhor comandante, há poucos meses, ainda na memória dos citadinos de Nampula, foi morta uma jovem professora na zona de 22 de Agosto, numa área onde frequentemente vem se encontrado cadáveres de pessoas supostamente assassinadas.

Ainda no passado mês de Outubro, foi assassinado e atirado a um poço uma jovem no bairro de Murrapaniua. Muito mais recente ainda, mais uma jovem senhora foi morta na sua própria residência, sem mencionar tantos outros crimes como estupros, violações e agressões físicas nos vários bairros desta urbe como Muhala-Expansão, Muahivire, Muatala ou Namutequeliua.

Ficamos nós, os cidadãos, sem saber se os responsáveis por estes crimes irão ser detidos e punidos pelas suas acções. Somente recebemos informações do seu porta-voz que dão conta que estão a trabalhar no sentido de resolver os casos e neutralizar os culpados, como é hábito da nossa Polícia "trabalhar no sentido de resolver".

Vivemos em constante incerteza sobre a nossa segurança e integridade físicas.

Senhor comandante, lidere a sua corporação! Pelo menos finja mostrar interesse em solucionar os problemas do povo e mostre-nos a sua cara. Que tipo de sociedade o senhor comandante pretende? Pretende uma sociedade criminosa onde os malfeitores saem impunes? Onde a população vive atormentada e perde o sono mesmo dentro de quatro paredes das suas humildes casas?

Senhor comandante, qual legado pretende deixar? Um legado manchado de não realizações e acções inconclusas? Pretende deixar uma imagem de liderança fracassada, onde a ordem e tranquilidade públicas em Nampula foram sempre colocadas em causa? Pretende deixar o nome sujo de um comandante cuja passagem pela província destacou-se pelo aumento de crimes e desordem? Pois já está nesse caminho. E perceba também, senhor comandante, que a posição que ocupa agora é de um cargo e não uma profissão, sendo que, a qualquer momento pode mudar e era bom que mudasse impactando positivamente.

Senhor comandante, os criminosos que continuam à monte e impunes devem estar a rir-se de si, da sua má administração e gestão e igualmente da incompetência dos seus subordinados que aprumados na farda cinzenta e com a arma em punho somente sabem extorquir pequenos valores monetários aos nossos irmãos esfarrapados e descalços que saem algures de Namaita, Anchilo ou Rapale para vender carvão vegetal doméstico na cidade de Nampula.

Senhor comandante, lidere a sua corporação! Governe! Resolva os problemas que afligem os cidadãos de Nampula e que somente o senhor pode resolver. Os cidadãos aguardam ansiosamente por respostas claras no combate ao crime. Eu, em particular, cidadão de Nampula, espero retomar com uma nova carta a enaltecer os feitos positivos da PRM nesta província.

Cordiais Saudações!

***Por* Raúl Barata**

Pergunta à Tina...

Olá Tina, tenho 34 anos e não tenho filhos. Desde há uns tempos para cá, quando faço sexo, sinto tantas dores que já não sinto prazer. Quando estou com o meu parceiro, só quero que termine. Será que estou com alguma doença, como por exemplo um tumor ou miomas. Bj Celmira

Olá Celmira, posso imaginar o teu desconforto e como isso deve interferir na tua saúde sexual e a do teu parceiro. Tens razão, deves ter um problema que já não vai passar sozinho. Precisas procurar cuidados médicos num centro de saúde ou numa clínica. Tens mesmo que te sujeitar a uma observação ginecológica especializada. Em princípio, o teu problema vai ser identificado e nessa base, será indicado o respectivo tratamento.

Entretanto, até receberes tratamento, deves praticar a abstenção de sexo.

Tudo de bom!

Olá querida Tina! tudo bem? Aqui razoável. Eu sou jovem de 34 anos de idade, por razões religiosas eu e a minha namorada não podemos ainda ter nada.

Apenas beijos. Só que no momento em que nos acariciamos e nos beijamos, acabo por ficar excitado e não conseguindo me controlar acabando por ejacular. Preciso de saber se estou doente e o que devo fazer para evitar isso. Ela ainda não descobriu, estou aflito, ajude por favor. Macário.

Querido Macário, claro que não estás doente. A maior parte dos homens em todo o mundo já passou por isso. Isso é completamente normal. Isso acontece quase sempre porque o jovem está ansioso, demasiado focado na erecção e penetração, perdendo o controlo das suas emoções.

Para evitar isso, tens que tentar desviar o teu foco sexual para longe da erecção e penetração, e concentrares no jogo erótico que distingue os humanos dos animais, no que respeita à esfera sexual. As relações sexuais são mais prazerosas se forem recheadas por uma atmosfera de cumplicidade, de identidade e aproximação únicas, acompanhadas de fantasias apelativas à imaginação criadora.

Se te concentrares noutros aspectos da relação sexual, como carícias, beijos, mimos, afagos, abraços, meiguices e todas as mil maneiras de um casal estar numa boa, relax, sem pressas, durante o tempo que te apetecer, nem te lembrando de erecção ou penetração, verás que a ejaculação precoce desaparece. E a tua namorada agradece as carícias. Porque o que agrada às mulheres não é a erecção e a penetração. Não estão nem aí, ao contrário de muitos homens.

Para ajudar a resolver a tua preocupação, é lógico que a tua namorada precisa ser envolvida. Portanto, o primeiro passo, é conversar com ela sobre a questão. O diálogo é básico para o sucesso de um relacionamento sexual. Ela irá aceitar de bom grado a tua reorientação sexual, e tu, suportado pela confiança que ofereceste à tua namorada, com muito amor e carinho, esquecendo a penetração, poderás curtir e proporcionar uma brincadeira altamente prazerosa, mesmo que não venha a acontecer a ejaculação.

Pensa bem! E quando chegar a altura, não te esqueças da camisinha...!

Mundo

Activista anti-corrupção ucraniana morre meses depois de ataque com ácido

Uma activista anti-corrupção morreu neste domingo na Ucrânia, três meses depois de ter sido ferida num ataque com ácido.

Texto: **Público de Portugal**

Katerina Handziuk, de 33 anos, era conselheira na autarquia da cidade portuária de Kherson, no sul da Ucrânia, e uma conhecida voz contra a corrupção na polícia. Sofreu queimaduras em mais de 40% do corpo e ficou gravemente ferida nos olhos depois de um ataque a 31 de Julho, relata a BBC.

A causa da morte de Handziuk não foi imediatamente divulgada, mas a imprensa local avança que terá sido devido a um coágulo. A jovem política, que estava internada num hospital na capital Kiev, tinha passado por 11 cirurgias.

Neste domingo, o presidente ucraniano, Petro Poroshenko, enviou condolências à família de Katerina Handziuk e apelou à punição dos atacantes. Cinco suspeitos já foram detidos por alegado envolvimento no ataque, ligados a um grupo ultranacionalista, de acordo com a Rádio Free Europe.

Também o comissário europeu responsável pelas negociações com possíveis futuros membros da UE, Johannes Hahn, considerou que "os autores deste crime perverso devem ser levados à justiça". Numa publicação no Twitter, Hahn lamenta a morte da "incrivelmente corajosa" Kateryna Handziuk, afirmando que ataques contra activistas da sociedade civil são "inaceitáveis".

Em Setembro, já depois do ataque, a activista publicou um vídeo no qual incentivava os ucranianos a combater a corrupção. "Sei que pareço não estar em condições. Mas pelo menos estou a ser tratada", dizia, deitada na cama do hospital. "Estou em melhores condições do que a justiça na Ucrânia – porque dessa ninguém está a tratar".

Tempestades na Itália fazem mais vítimas e número de mortos sobe para 29 pessoas

Pelo menos 12 pessoas foram mortas por causa do mau tempo na ilha da Sicília, elevando o total de mortos com as tempestades que varreram a Itália para 29 pessoas, disseram autoridades no domingo.

Texto: **Agências**

As chuvas torrenciais que provocaram deslizamentos de terra e inundações levaram à morte de dez pessoas na região de Palermo, informou neste domingo um porta-voz da prefeitura da capital da Sicília. "Ainda há algumas pessoas desaparecidas", acrescentou.

Mais duas mortes ocorreram na região da cidade siciliana de Agrigento quando o carro em que viajavam foi atingido por um deslizamento de terra, disse outro funcionário.

A Agência de Protecção Civil da Itália informou que o número de mortes causadas pela onda de mau tempo chegou a 17, excluindo as mortes na Sicília.

Num tuíte no domingo, o primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, disse que estava saindo para visitar a Sicília, acrescentando que ele também estava em contato constante com as autoridades sobre a dramática situação no norte do país.

todos os dias TRAGEDIA
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

Boqueirão da Verdade

"É uma situação um pouquinho triste. Neste preciso momento, nós não podemos ir à sessão da Assembleia Municipal de Quelimane. Ele [Manuel de Araújo], publicamente, já se retirou do MDM. Agora é adversário do MDM. Então, estamos nesse conflito. Para mim não há condições - porque ele já não é membro do MDM. Neste preciso momento, o manifesto eleitoral que ele estava a defender é da Renamo. Acabou sendo eleito presidente pela Renamo. Apesar de que, foi eleito em 2013 pelo MDM. Então, aí há conflito. Psicologicamente, como é que vai sentar-se com os membros da Frelimo e do MDM?", **Joaquim Maloa**

"Nós não sabemos exatamente o que é que está a acontecer. A ser assim, significa que alguma coisa não está bem dentro dos órgãos de Justiça ou órgãos que deviam comunicar à Assembleia Municipal a real situação atual. Eu não sei se é de lei, se a lei ainda não definiu nada, ou se é alguma possibilidade de favoritismo. Não sei. Não é possível realizar sessão sem que o órgão municipal esteja em funcionamento. Até hoje não está decidido se nós temos que fazer sessão a contar com a perda de mandato. Isso vai afetar até certo ponto o funcionamento do município, até a própria assembleia", **Rijone Bombino**

"A situação está péssima, porque os eleitos estão sem salário. O sentimento é de tristeza. O Conselho Municipal tem que vir à assembleia dizer o que se está a passar e o que está a acontecer. É de lamentar porque, por ano, temos cinco sessões por realizar. Já realizamos três, faltam duas. A quarta sessão devia ter sido realizada no dia 12 de setembro. Por causa da suspensão do mandato do edil de Quelimane, estamos parados. Aguardamos a informação da tutela administrativa, que até agora não se pronunciou", **Domingos de Albuquerque**

"Eu recebi uma notificação, cerca de um mês atrás, do Conselho de Ministros e, a partir daí, nós intentamos uma ação, submetemos o nosso posicionamento. O processo está encaminhado. Fizemos aquilo que é a nossa parte e estamos tranquilos", **Manuel de Araújo**

"Há muito que se sugeria que a relação entre a condução do processo judicial Lava-Jato e o momento político tinha pouco de inocente. A manchete é do jornal O Estado de S. Paulo de 6 de Novembro de 2016: "Jamais entraria para a política." Quem proferiu frase tão clara foi o juiz Sérgio Moro, o grande responsável pelo processo Lava-Jato, cujas ondas de choque ainda hoje se fazem sentir na política brasileira e que teve um contributo essencial na construção da imagem do PT como partido de políticos corruptos", **David Pontes**

"No sábado soubemos que a declarada abstinência do juiz terminou e que ele aceitou integrar o Governo do recém-eleito Jair Bolsonaro para liderar o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. E, assim, o que ontem era erotismo hoje é pornografia. De forma simples, a diferença entre erotismo e pornografia é que tudo se trata de relações sexuais, mas enquanto no primeiro elas não são explícitas, antes sugeridas, no segundo tudo fica à vista. Ora há muito que se sugeria que a relação entre a condução do processo judicial Lava-Jato e o momento político tinha pouco de inocente", ***idem***

"Afinal, foi Sérgio Moro que mandou prender o candidato que seguia à frente nas sondagens, Lula da Silva, o que facilitou, e muito, a vitória da extrema-direita. O mesmo juiz que interrompeu férias para evitar a libertação de Lula, o mesmo que, na última semana da primeira volta das eleições, decidiu libertar as declarações da delação premiada do ex-ministro petista Antonio Palocci, que claramente afectavam a candidatura de Fernando Haddad. Para os militantes do PT, há muito que isto era pornografia, mas para quem ainda coloca esperanças no discernimento da Justiça e no seu papel positivo para desmontar o ciclo da corrupção, isto poderia ser uma relação sem nexo, um flirt sem dolo", ***ibidem***

"Agora, depois da aceitação do convite, depois de sabermos que o juiz já tinha sido sondado durante a campanha, o PT ganhou força para se ensimesmar na sua teoria de cabala política, e os amantes de Bolsonaro e Moro para acreditarem num casamento que favorecerá o combate à corrupção. Para qualquer amante da democracia, resta tapar os olhos perante um espectáculo tão indecoroso. A nu fica a fragilidade do regime brasileiro, que continua a necessitar, como nunca, de gente capaz de entender o que é serviço público, as obrigações que advêm de ocupar um cargo de relevo e a absoluta necessidade de reafirmar o princípio da separação dos poderes. Sérgio Moro mostrou claramente que não é uma dessas pessoas", ***ibidem***

"55% dos eleitores brasileiros optaram e votaram pelo "fascismo", no pobre e primitivo entender da esquerda radical. O líder-sombra do BE, na televisão, ainda insinuou que os votantes em Bolsonaro eram a classe média e daí para cima! É extraordinário como mentes brilhantes se enganam a si mesmas tão facilmente! É extraordinário como o sectarismo pode cegar mais do que a real doença da cegueira! A esquerda, não só radical, não percebe nada do que se está a passar no Mundo. Mais: recusa-se a perceber", **M. Fátima Bonifácio**

"Compreende-se: se aceitasse perceber, estaria a reconhecer que todas as suas categorias de análise política e histórica tinham ido barra fora, engolidas, mais ao largo, pela voracidade destrutiva das ondas marítimas; o mundo de hoje é um mar furiosamente encapelado. Essas categorias analíticas estão tão velhas e imprestáveis que, se abaladas, provocariam a derrocada de toda a Utopia socialista-comunista. Quantas vidas a ela honestamente dedicadas não mergulhariam na mais frustrante das desilusões, de quantos sonhos esfarrapados se não teceriam os lençóis que tapam os caixões! E, sobretudo, a que margens, a que praias arribariam os náufragos fugidos do navio em lento mas inexorável afundamento? A que ramagens, a que galhos se agarrariam? O navio afundado deixaria um imenso orfanato, atulhado de gente desempregada ante a derrocada do monopólio de tudo quanto beneficiava à conta da suposta superioridade moral que a si mesma se atribuía", ***idem***

"Em vários países e continentes, os pobres e remediados parece que decidiram não mais servirem de trunfo para os que em nome deles falam, mas que não falam com eles. Nem falam, nem ouvem. Basta-lhes o catecismo revolucionário. O que acontece hoje em dia é que em vários países e continentes esse catecismo caducou. O Brasil democrático sempre foi corrupto. Mas o PT alterou as regras do regime de corrupção – porque as havia – tornando esta incontrolável quer do ponto de vista do volume de dinheiro que habitualmente circulava, quer do ponto de vista do número, da rede tentacular em que todos os políticos se vieram a encontrar enrolados. A grande corrupção não era nova. Nova foi a amplitude que ela ganhou, e que coincidiu com a chegada do PT ao poder", ***ibidem***

goste de nós no facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Embora o ensino primário público em Moçambique seja gratuito as escolas cobram, no acto da matrícula, uma taxa que varia entre os 200 e 800 meticais supostamente para despesas não cobertas pelo Estado. Confrontada pelo @Verdade a ministra da Educação e Desenvolvimento Humano declarou: "não é justo que se faça essa cobrança e que se condicione a matrícula, essa é uma taxa voluntária porque existem pais que não tem condições para pagar". Mas o @Verdade apurou que existe uma instrução do Governo para induzir os pais a comparticiparem das despesas de funcionamento da escolas. **http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/67253**

Coutinho José Mavila Não existe em Moçambique ensino gratuito. Pagamos matrícula e taxas de construção da escola em no dos funcionários da escola. · 2 dia(s)

Jorge Ferreira Isto não é uma declaração de Ministro...dizer que ção é justo , não é proibir e chamar quem assim o determinou... · 2 dia(s)

Audacio Sambo E com isso so ficou provado que governo "cagou" pra educacao pah. educacao é o unic sistema q nao tem protecao superior. INNATER subiu precos e qndo cnfrontam a ministra, ela so disse " é pra kem pode". Qndo frangos subiram, a boss disparou "se frango ta caro, entao comam patinhas". Conta se q Nyusi tmbm disse uma idiotice similar. Agora que se trata de educacao essa velha devia ter dito "epah isto é pra kem pode, so faz matricula kem tem condicoes de...e se na escola 3 d fevereio cobram 600 aki na cidade, vai pra escola da provincia q so cobram 50mt,ate porq nao precisa d seguranca nem casa d banho, a escola é debaixo da arvore e casa de banho: unha kwatine ugama udzundza nhompfi " · 1 dia(s)

Audacio Sambo VOCES d@ verdade porque foram perseguir esse "assuntinho" de cntribuicoes de pais, com tantas boladas kentes q esses gajos estao a movimentar? So kerem acabar com a boladinha das escolinhas. O sistema ja oprime essa gente coitadinhos,pelo menos podiam respirar. Cmo diz o dj ardiles,era um remix-outro way. E vces vao acabar c isso. Agora vai nem tako de cima,nem tako baixo vao comer as ecolas. Assim xtao felizes??? · 1 dia(s)

Coutinho José Mavila Um casa claro na escola secundária de gwaza muthimi · 2 dia(s)

Sanz Santana Entao nao sao escolas publicas. Se paga taxa, perde a logica do conceito de ser pública. · 1 dia(s)

Sanz Santana Aqui no Brasil o ensino é gratuito. Até a faculdade. · 1 dia(s)

Orlando Tembo É uma farça acabo de pagar para a minha sobrinha 800,00mts · 2 dia(s)

Calisto Saide Omar Abudo Tô a pagar 610mt nesse momento · 2 dia(s)

Vasco Augusto nos pagamos 150 por cada emcarregado dizem k e de guarda e justo numa escola estatal? · 2 dia(s)

Sidonio Givandas Education should be free for all stopping treating humans like robots · 2 dia(s)

Mario Luis Os pais e encarregados de educaçao são obrigado a pagarem um valor nas escolas primárias este valor dizem k é para pagarem segurança (guarda) numa escola com primária de Ndlavela com mas de 1000 alunos apagar si 100 mt e a mesma escola tem um velho dito segurança que nem lhe pagam salário mínimo. Onde vai o resto do valor pork anualmente querem este valor. Isto é roubalheira e é urgente pararem esta roubalheira grosseira · 2 dia(s)

Arlindo Armando Matavele Tenho visto torres de antenas de empresas de telefonias móveis dentro de recintos escolares,em escolas degradadas, e com guardas que auferem das contribuições dos pais e encarregados de educação · 1 dia(s)

Casimiro Andre IMAGINE UMA ESCOLA COM 2000 alunos 500*2000 soma um milhao de mt quanto ganha esse guarda? Imaginemos q ganhe 10000*12 total 120000 contra 1000000 que manutencao de tais casás de banho? Uma autentuca robalheira com complicidade do pai da turma ou escola junto do respectivo director · 1 dia(s)

Selo d'@Verdade

Orçamento Geral do Estado para o sector agrário e desenvolvimento rural*

Introdução

A agricultura foi definida desde a independência como a base do desenvolvimento de Moçambique. A Declaração de Maputo em 2003, sugeriu aos estados membros da União Africana para alocarem 10% do orçamento do Estado à agricultura e desenvolvimento rural.

Não obstante esta directiva constitucional e a Declaração de Maputo, nunca foi alocado à agricultura valores que se aproximassem aos 10% recomendados.

Os discursos e alguns documentos oficiais afirmam ter existido, em alguns anos, alocações próximas dos 10%. Este número não coincide com os valores atribuídos ao ministério sectorial ou ao Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) e Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) após a constituiçãodeste último. Para justificar esta percentagem, membros do Governo e da Comissão do Plano e Orçamento, referem a uma mudança de metodologia de cálculo, que nunca foi dada a conhecer. Assume-se que, para alcançar as percentagens referidas, são incluídos valores que não correspondem ao conceito de agricultura e desenvolvimento rural.

Diferentes organizações da sociedade civil, incluindo o Observatório do Meio Rural, têm insistido para oreforço do orçamento destinado à agricultura e desenvolvimento rural. Também já se solicitou a informação da metodologia utilizada que fundamentem as percentagens à volta de 10%.

Este texto apresenta os dados dos orçamentos do sector agrário entre 2010 e 2019. Os dados foram obtidos nas Leis do Orçamento de cada ano e, para 2019, na proposta de Orçamento do Ministério da Economia e Finanças apresentada à Assembleia da República. Não são apresentados dados referentes às transferências efectivas das finanças para o sector agrário nem os orçamentos executados. Sabe-se que, em média, a execução não ultrapassou os 80% do orçamentado durante o período estudado.

Para cálculo dos orçamentos reais com base no ano de 2011, utilizou-se a inflação de cada ano. Para os anos de 2018 e 2019 foram utilizadas as inflações previstas nos documentos de fundamentação do orçamento.

Os orçamentos para o MASA e para o MITADER e respectivos institutos, refere-se ao somatório das dotações orçamentais de funcionamento e investimento, a nível central e provincial.

Conclusão

Os governos de Moçambique não tem respeitado, no que refere à alocação de recursos, ao princípio da agricultura ser a base do desenvolvimento económico e social do país. O orçamento a preços constantes de 2011 para a agricultura e desenvolvimento rural foi sempre inferior a 4,8% (com um ligeiro aumento previsto para 6,4% em 2019). Os níveis de investimento são insuficientes para recuperar, a médio prazo, o défice e as debilidades em infra-estruturas directamente associadas ao sector agrário.

Com o volume de recursos que têm sido alocados à agricultura e ao desenvolvimento rural, não será possível que o Estado crie condições para que a agricultura desempenhe as suas funções definidas desde a independência: alimentar o povo, abastecer a indústria nacional e contribuir positivamente para a balança de pagamentos.

O OMR apela ao Ministério da Economia e Finanças e à Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República, para que informe a sociedade civil e a sociedade geral, acerca da metodologia que permite afirmar que Moçambique aloca cerca de 10% do orçamento à agricultura e desenvolvimento rural. Sendo os ministérios da Agricultura e Segurança Alimentar e da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, os responsáveis pela implementação de uma política agrária e de desenvolvimento rural e sendo o orçamento do Estado um dos instrumentos mais fortes para a implementação dessa política, o OMR defende que os 10% representam o somatório dos orçamentos desses dois ministérios.

O Observatório do Meio Rural propõe, uma vez mais e conforme um comunicado do Fórum de Monitoria do Orçamento subscrito por 19 organizações da sociedade civil, que os 10% indicados pelasdeclarações de Maputo, sejam alcançados em 2022, devendo existir um programa de aumento gradual das percentagens do orçamento público.O OMR apela aos partidos com assento no Parlamento, para que exijam ao Governo o cumprimento desta directiva.Entretanto, passaram-se 15 anos de incumprimento.

***Por* Rabia Aiuba e João Mosca**

** Poderá baixar este documento na página web do Observatório do Meio Rural pelo link: http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-46--orcamento-geral-do-estado-para-o-sector--agrario-e-desenvolvimento-rural/*

Sociedade

Literatura moçambicana: Cornelder apoia lançamento de livro de memórias

Com o suporte da concessionária dos terminais de contentores e de carga geral do Porto da Beira, Cornelder de Moçambique SA, a editora Marimbique lança, no próximo dia 8 de Novembro, quinta-feira, às 18:30 horas, no átrio do Museu dos CFM, em Maputo, o livro de memórias de Nely Nyaka (Vovó Nely), intitulado "Mahanyela – A Vida na Periferia da Grande Cidade".

Texto: **www.fimdesemana.co.mz**

Este livro - que conta uma história inspiradora, de uma notável senhora, que até os dias de hoje se destaca pelo seu activismo social profundo, passando experiências encorajadoras, vividas na família e na comunidade que influenciou - é uma herança valiosa para todos aqueles que o poderão ler. Por isso e também pelo reforço a literatura moçambicana, a Cornelder de Moçambique, no âmbito da sua política de responsabilidade social, apoia orgulhosamente a publicação deste trabalho que valoriza também a contribuição da mulher moçambicana para o desenvolvimento do País.

Nely Nyka nasceu no dia 2 de Novembro de 1920, na Catembe. O seu activismo social começou cedo, primeiro no seio da Igreja Metodista Wesleyana e, mais tarde, no Instituto Negrófilo (que depois assumiu a designação de Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique), organização de que o seu pai foi sócio-fundador. Recentemente, esteve na criação e é uma das mais notáveis dinamizadoras da associação Pfuna, dedicada a mitigar a pobreza e a miséria de crianças órfãs.

Em 1939, casou-se com Raul Bernardo Honwana e foram viver para a Moamba, tiveram oito filhos. Raul, que militou no Grémio Africano nos tempos de Karel Pott, publicou, em 1984, um livro de memórias, que vem constituindo referência em muitos trabalhos académicos.

Inspirada pelos trabalhos do seu marido, que faleceu em 1994, Nely decidiu também deixar, por escrito, o seu legado, às novas gerações. Profunda conhecedora de Lourenço Marques (Maputo) e, mais particularmente, dos seus bairros periféricos, onde cresceu, Nely Nyaka fala-nos, em "Mahanyela – A vida na periferia da grande cidade", dos marcos geográficos e sociológicos da sua cidade, das famílias que a habitavam, das práticas e dos costumes da comunidade e dos artifícios a que se recorria para mitigar a pobreza e para vencer as enormes barreiras criadas pelo poder colonial a todos os que não fossem brancos.

Mundo

Pelo menos 5 guerrilheiros maoístas morrem em operação da Polícia indiana

Pelo menos cinco guerrilheiros maoístas morreram nesta segunda-feira em uma operação ainda em curso da Polícia em uma região de selva do estado de Odisha, no leste da Índia.

Texto: **Agências**

O confronto começou quando duas equipes de operações especiais se aproximaram de um esconderijo dos guerrilheiros que responderam abrindo fogo contra os agentes, disse o porta-voz da Polícia de Orisha, o oficial R.P. Koche.

"Cinco maoístas foram neutralizados", detalhou Koche.

Após o tiroteio, a Polícia recuperou os corpos dos mortos, além de várias armas, detalhou Koche. A operação continua com a busca dos demais integrantes da célula, conhecida como Kalimela Dalam, "cujos membros foram reduzidos a sete, de acordo com as últimas informações", afirmou o oficial.

A fonte disse estar feliz que o número de maoístas neste território vem se reduzindo consideravelmente como resultado das ações das forças de segurança.

"Vinte maoístas foram neutralizados este ano, e cerca de 55 foram detidos ou têm se entregado. Além disso, recuperamos um grande número de armas", afirmou.

todos os dias FACTOS
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

Renamo desconfortável com o definhamento da legalidade em Moçambique

O maior partido da oposição em Moçambique, a Renamo, observa que a justiça no país prevalece mais forte para os fracos e fraca, mas célere, para os fortes, sobretudo para os "dirigentes da Frelimo e seus familiares." Para piorar o cenário, a Procuradoria-Geral da República (PGR) contraria o seu papel de guardiã da legalidade, pautando pelo mutismo em relação aos abusos e às atrocidades que ocorrem um pouco por todo o país, alguns dos quais fomentados por servidores públicos.

Texto: **Emildo Sambo**

Para o Presidente da República, Filipe Nyusi, "por vezes, somos confrontados com o sentimento de que a justiça continua longe das comunidades. Essa distância é, muitas vezes, geográfica, mas, também, formal, pois vezes há em que as decisões dos tribunais não vão ao encontro da noção de justiça que a população tem."

Assim, os tribunais devem reinventar-se para dirimirem os conflitos que ocorrem no país, principalmente interagirem cada vez mais com os cidadãos, para evitarem situações estes têm medos das instituições de justiça.

Segundo o porta-voz da Renamo, José Manteigas, em vários sectores da administração pública há relatos recorrentes de casos de corrupção, desvio de fundos do Estado, expulsão de professores, enfermeiros, agentes da Polícia e outros funcionários, alegadamente por serem membros ou simpatizantes da Renamo.

Esta atitude contraria o disposto no número 2 do artigo 53 da Constituição da República, disse o parlamentar. A cláusula estabelece que "a adesão a um partido político é voluntária e deriva da liberdade dos cidadãos de se associarem em torno dos mesmos ideais políticos."

Os servidores públicos promovem várias ilegalidades e não respeitam o princípio da Constituição segundo a qual "o Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade", afirmou a "Perdiz".

"O exemplo mais eloquente das ilegalidades" a que José Manteigas se refere aconteceu nas eleições autárquicas de 10 de Outubro passado, cuja validação e proclamação dos resultados está por ser feita pelo Conselho Constitucional (CC).

O partido que temos vindo a citar lembrou que alguns dos membros e simpatizantes foram mortos a tiros e acusou o partido no poder, a Frelimo, de ser o mentor de tais actos que atentam contra os direitos fundamentais.

Estas ilicitudes trouxeram à memória a detenção arbitrária dos membros e simpatizantes da Renamo, depois das eleições de 1999, nos distritos de Montepuez e Mocímboa da Praia, província de Cabo Delgado, disse a fonte, que falava à imprensa, esta segunda-feira (05), por ocasião do Dia da Legalidade, a par do Chefe do Estado.

O país celebrou 37 anos da criação da Dia Legalidade, sob o lema "Por um Sistema de Justiça Efectivo e Moderno".

José Manteigas insistiu que no escrutínio passado houve viciação de actas, editais e enchimento das urnas favor da Frelimo. Estas foram algumas acções "flagrantes de ilegalidades".

"As dívidas [ocultas] contraídas pelo regime do dia em 2013 e 2014", violando a Constituição e a Lei Orçamental, são outro exemplo "inequívoco de ilegalidade" que no país, o que "penaliza severamente os moçambicanos", prosseguiu José Manteigas.

Na sua óptica, a PGR não age e "remete-se ao silêncio como se tudo estivesse bem". Esse mutismo transparece que a justiça "é mais forte e célere para os mais fracos e menos forte para os dirigentes da Frelimo e seus familiares."

Por sua vez, as Forças de Defesa e Segurança (FDS) não protegem os cidadãos. Pelo contrário, usam força excessiva e desproporcional contra gente indefesa.

Mundo

Forças de segurança matam 19 suspeitos de ataque a cristãos no Egito

As forças de segurança do Egipto mataram 19 supostos terroristas vinculados com o ataque que causou sete mortes num autocarro que transportava cristãos coptas na sexta-feira passada, segundo anunciou o Ministério do Interior egípcio neste domingo.

Texto: **Agências**

"Após (as forças de segurança) entrarem na região e cercá-la, os elementos terroristas começaram a atirar, e (os agentes) responderam. O que causou a morte de 19 elementos terroristas que ainda não foram identificados", explicou o ministério em comunicado.

A operação aconteceu em uma zona remota no deserto ocidental da província de Minia, no centro do Egito, "um refúgio longe do radar das forças de segurança", segundo o governo.

A polícia apreendeu "seis metralhadoras, dois fuzis FN FAL, três rifles, quatro pistolas e munição". A televisão estatal divulgou várias imagens dos corpos, todos com uma arma de fogo perto dos braços e um papel impresso com o emblema do grupo jihadista Estado Islâmico (EI) dentro de uma barraca no deserto.

O EI assumiu a autoria do ataque da sexta-feira passada, no qual sete pessoas morreram e 19 ficaram feridas enquanto viajavam de autocarro para um mosteiro em Minia.

O local foi o mesmo em que, em maio do ano passado, integrantes do EI mataram 28 pessoas dentro de um ônibus com cristãos que faziam o mesmo percurso.

Desde Dezembro de 2016, o grupo jihadista, que tem um braço estabelecido na península do Sinai, reivindicou diversos atentados que já mataram quase cem cristãos. Os coptas são a comunidade cristã mais numerosa do Egipto, onde representam cerca de 10% dos 100 milhões de habitantes do país.

Sudão denuncia renovação de "Estado de emergência" pelos Estados Unidos da América

O ministro sudanês dos Negócios Estrangeiros deplorou a renovação pelo Presidente dos Estados Unidos da América do "Estado de emergência" sobre o Sudão.

Texto: **Agências**

Num comunicado publicado sábado, em Cartum, o chefe da diplomacia sudanesa declara que a renovação e manutenção do Estado de emergência pelo Presidente Donald Trump «não está em conformidade com o espírito da cooperação entre os dois países sobre questões de interesse comum».

A cooperação bilateral é reconhecida pelas administrações sucessivas do povo norte-americano, acrescentou, sublinhando que a prorragação do Estado de emergência "não tem nenhuma justificação numa altura em que o processo de diálogo entre Cartum e Washington está em curso".

O comunicado indica ainda que o Governo sudanês vai continuar engajado nas suas responsabilidades em relação à paz regional e internacional, apesar das "declarações contraditórias e não objectiva" avançadas para manter o Estado de emergência.

Os Estados Unidos, lembre-se, colocaram o Sudão na lista dos países considerados como patrocinadores do terrorismo internacional, em 1997. No entanto, no ano passado, a Administração norte-americana decidiu revogar as sanções económicas impostas ao Sudão.

Mas o levantamento dessas sanções não tem muito efeito já que o país continua na lista dos países acusados de apoiar o terrorismo, "o que bloqueia qualquer retomada de uma cooperação económica e financeira normal com a comunidade internacional", refere a nota.

Standard Bank e Eni Rovuma Basin vão incrementar apoio às PME

O Standard Bank e a Eni Rovuma Basin assinaram, na quinta-feira, 31 de Outubro, um memorando de entendimento com vista à implementação de um programa de desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME), bem como às startups moçambicanas no acesso aos mercados, à mentoria e a serviços de apoio aos negócios.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

De acordo com o Índice Global de Empreendedorismo de 2017, Moçambique ocupa, actualmente, a 123ª posição de um total de 138 países com ecossistemas favoráveis ao empreendedorismo, o que significa que o País tem um longo caminho a percorrer em termos de criação e estabelecimento de um quadro de empreendedorismo desejável e ecossistema necessário para prestar o devido apoio às PME, de modo a que alcancem a inclusão, a estabilidade e a escalabilidade esperadas.

Como resultado deste memorando, as partes vão colaborar no apoio e desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo, incluindo actividades de estímulo à criação da cadeia de fornecimento local, programas de desenvolvimento de competências e de transferência de conhecimentos e técnicas que facilitem o acesso aos mercados.

Na ocasião, o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, explicou que o memorando visa, essencialmente, promover o crescimento inclusivo, através do desenvolvimento de um ecossistema que permita que as PME explorem o seu potencial e tirem proveito dos megaprojectos.

Através desta parceria, "o Standard Bank, como um banco implantado no País há mais de 124 anos, vai usar a sua experiência e capacidade para ajudar as PME a crescer e a ter acesso aos mercados", disse o administrador delegado, que apontou a Incubadora de Negócios do banco, como um projecto que tem contribuído não só para o desenvolvimento de capacidades por parte das Pequenas e Médias Empresas, mas também para o surgimento de empreendedores, aos quais são transmitidos conhecimentos e ferramentas essenciais para a sua fácil inserção no mercado, incluindo o dos megaprojectos.

O programa será constituído por quatro pilares, nomeadamente: Ideação (promoção do acesso a metodologias de conceituação de ideias de negócio e influenciar uma cultura mais favorável ao empreendedorismo); Incubação (Apoio às PME através de mentoria e capacitação com vista à criação e validação de novos negócios em sectores de interesse nacional, não se limitando ao sector de Petróleo e Gás); Aceleração (identificação de PME com potencial de crescimento e apoiá-las no estabelecimento de ligações comerciais para abordar os obstáculos ou desafios que impedem o seu crescimento), Crescimento inclusivo (garantir o empoderamento da mulher e de jovens e desenvolvimento do comércio formal).

Com abrangência nacional, o programa terá como foco a província de Cabo Delgado, concretamente a cidade de Pemba, por ser uma região-chave para o desenvolvimento económico.

Adriano Maleiane, na Cimeira Financial Times: Economia moçambicana vai ser sustentável a partir de 2024

O ministro da Economia e Finanças considera que a economia moçambicana vai ser sustentável, uma vez que a partir de 2024 contará com um reforço adicional das receitas fiscais provenientes da exploração do gás natural na Bacia do Rovuma, em Cabo Delgado.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Adriano Maleiane, que falava durante a terceira edição da Cimeira Financial Times em Moçambique, ocorrida esta quinta-feira, 8 de Novembro, em Maputo, com o apoio do Standard Bank, referiu que a média de crescimento económico do País, entre 2015 e 2022, poderá situar-se em 5.3 por cento.

"Isto é sinal de que a economia está a ter uma retoma, podendo, futuramente, atingir os níveis registados no passado", sustentou o governante, realçando o facto de o sector de gás natural poder representar, numa primeira fase, uma posição significativa, devido à contribuição das receitas fiscais, sobretudo do sector A.

A perspectiva do Executivo, conforme indicou Adriano Maleiane, é de que as receitas do gás sirvam de fonte de financiamento ao desenvolvimento, particularmente nas áreas do turismo, energia, infraestrutura e, particularmente, a agricultura, esta última que tem enfrentado dificuldades em obter financiamento no mercado.

Num outro desenvolvimento, o ministro avançou que a conta de transacções correntes do País é estruturalmente deficitária, o que demonstra que a economia moçambicana precisa de investimentos nacional e estrangeiro, assim como a participação do sector privado e instituições fortes para apoiar o desenvolvimento.

"Estamos a fazer a consolidação fiscal que consiste em crescer na austeridade, o que significa fazer com que todo o dinheiro seja aplicado com eficácia", sustentou Adriano Maleiane, ajuntando que os resultados disso são bons, pois, na área da receita, as despesas correntes são inferiores em relação às receitas correntes, gerando uma margem que pode servir para financiar parte dos investimentos e amortizar a dívida.

À margem da cimeira, que decorreu sob o tema "Construindo as bases para a recuperação económica", o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, referiu-se à necessidade de se acelerar o processo de paz, aprofundar a democracia, continuar com o combate à corrupção e a melhoria da administração da justiça, como algumas das medidas que podem ser tomadas para acelerar a recuperação da economia do País.

Chuma Nwokocha mencionou ainda a necessidade de se acelerar os progressos na facilitação de negócios, manter uma forte disciplina e transparência fiscal, reduzir os riscos relacionados com o elevado nível de endividamento público e implementar políticas macroeconómicas adequadas que garantam a estabilidade macroeconómica.

O Standard Bank, como parceiro do Governo com vista a impulsionar a atracção e implantação de investimentos para o País, vai continuar a apoiar os investidores a implantarem os seus projectos em Moçambique, segundo garantiu o administrador delegado, prestando serviços bancários, que incluem a consultoria, originação e estruturação de operações, aconselhamento e financiamento, utilizando os recursos que o Banco dispõe no País.

"Ao apresentar-se com um banco sólido, com um forte balanço, com boa governação corporativa, transmite uma forte mensagem de confiança aos investidores sobre a robustez do sistema financeiro em Moçambique e sobre as oportunidades que esta economia oferece", concluiu Chuma Nwokocha.

Bolsa de Valores quer aumentar de 6 para 50 as empresas cotadas

A boa governação corporativa e as alternativas de financiamento e investimento via Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) preocupam os investidores das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique (PME), por falta de divulgação da legislação sobre o funcionamento dos mercados principais e secundários na aquisição de acções e na educação financeira.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Visando a mudança do actual cenário entre os visados das PME, foi assinado na última quarta-feira, 7 de Novembro, em Maputo, um memorando de entendimento entre a BVM e o Instituto de Directores de Moçambique (IODmz), que tem ainda como principal objectivo a divulgação da informação sobre os requisitos de acesso às alternativas de financiamento, investimento e o funcionamento do mercado bolsista, para melhorias contínuas do ambiente de negócios.

O presidente do Conselho de Administração (PCA) da BVM, Salim Vala, que falava à margem do encontro, disse que o memorando consubstancia o facto do IODmz ter um papel muito importante na boa governação e transparência na ética do negócio, o que é vital para a bolsa de valores e para as empresas que querem ter boas práticas, trabalhando dentro do quadro legal e com um bom sistema de gestão, contabilidade e funcionamento dos órgãos internos, permitindo que se possa continuar com a divulgação das boas práticas.

Salim Vala realçou ainda que a admissão na BVM permite o financiamento das empresas, sendo que "uma empresa cotada em bolsa, que adopta boas práticas de ética no negócio, atrai investidores para um bom projecto. Queremos que muitas empresas moçambicanas possam estar nesta plataforma, atrair e fortalecer parcerias com as empresas estrangeiras e agregar valores para as pequenas e médias empresas", frisou Salim Vala.

Sobre a falta de domínio da legislação e como aceder à BVM, o presidente do Conselho de Administração da BVM disse ser um processo contínuo, porque a legislação é emitida em conformidade com a dinâmica da sociedade e o mercado secundário deve ser mais dinâmico dependendo dos títulos cotados e mais produtos e serviços nos mercados e capitais.

"Hoje temos seis empresas, se tivermos 30 ou 50, o dinamismo vai alterar porque há outros investidores que pretendem comprar ou moçambicanos que queiram participar na compra de cotas das empresas. Cabe à Bolsa, à Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e às várias instituições do sector empresarial que tenham o domínio do beneficio fiscal e a pauta aduaneira, através do APIEX-Agência Para a Promoção de Investimento e Exportações", concluiu Salim Vala.

Por sua vez, Daniel Tembe, presidente do IODmz, disse que o memorando assinado com a BVM visa a formação, capacitação e reestruturação das empresas, formando executivos, presidentes de Conselhos de Administração das mesmas e capacitando as lideranças em matérias fiscais, para ombrearem com outras empresas estrangeiras que já têm amplo conhecimento sobre o mercado de acções.

Daniel Tembe confirmou a existência ainda de grandes desafios, como a contextualização de conflito de interesses entre os directores das empresas cotadas na Bolsa de Valores e da necessidade da aquisição de acções e sua alocação no mercado nacional e internacional.

Importa salientar que a Bolsa de Valores de Moçambique é um instrumento conclusivo e transparente, que permite qualquer cidadão nacional ou estrangeiro adquirir acções nas empresas participadas, desde que disponha de recursos.

continuação Pag. 02 - Através de kits oferecidos pelo INEP: Antigos combatentes garantem auto-sustento

Juliana Carvalho, residentes em Mafassane, no distrito de Inharrime, são alguns dos exemplos das pessoas formadas no ano de 2016 pelo IFPELAC e que receberam do INEP kit de corte e costura.

António Gulela, formado pelo IFPELAC em Gestão de pequenos negócios, recebeu um kit de corte e costura do INEP, através do qual faz vestuário diverso, de acordo com as tendências da moda e os gostos dos clientes. O entrevistado pretende, com ajuda dos técnicos do INEP, submeter um projecto para ampliar o seu negócio, através dos fundos criados pelo Governo, para apoio à população.

Juliana Carvalho coze roupa diversa, incluindo uniforme escolar, nos arredores da cidade de Inhambane, com o rendimento consegue prover o seu sustento e da sua família.

"Quando há procura por parte dos clientes, costumo contratar duas ou três pessoas para me apoiarem. Pretendo expandir o meu negócio e ensinar mais jovens a arte para que também possam ganhar dinheiro de modo a melhorarem as suas vidas", anotou.

Na província de Maputo, um grupo de quatro antigos combatentes, do bairro Zona Verde, dedica-se à actividade de serralharia civil, na sequência do kit recebido do INEP em Dezembro do ano transacto. O grupo foi formado em gestão de pequenos negócios, pelo Centro de Formação Profissional da Machava, no âmbito da parceria com a Direcção Provincial dos Combatentes.

Com o kit recebido, o grupo já realizou diversas obras por subcontratação por bancos comerciais, construção de prateleiras para lojas, gradeamento de residências, tendo ainda criado um posto de trabalho.

Na cidade de Maputo, Edy de Sousa, filho de um antigo combatente, recebeu do INEP um kit de reparação de computadores, depois de ter beneficiado do respectivo curso no Centro de Formação da Electrotécnia. Este jovem pretende expandir o seu negócio e futuramente contratar outro pessoal de apoio.

*continuação Pag. 03 - A agricultura não desempenha as suas funções constitucionais**

Cidadania

ser justificado pela maior abertura ao mercado exterior e o crescente défice da oferta per capita. A maioria das importações de alimentos é de produtos manufacturados como os óleos, arroz e farinhas (trigo e milho). Os principais produtos exportados são o açúcar, sementes de gergelim, caju e gado.

Resumo

A partir da informação acima apresentada, pode constatar-se que:

- A produção dos alimentos analisados (exceptuando a mandioca) não cresceu significativamente ao longo da série analisada. Nos últimos anos, verificou-se uma melhoria nas culturas da mandioca e cereais. A produção por habitante é decrescente, tanto entre os anos extremos da série como nas respectivas linhas de tendência, isto é, o aumento da produção foi inferior ao crescimento da população.
- A produção e a oferta dos bens agro-alimentares analisados não satisfazem as necessidades alimentares da população, de acordo com a dieta equilibrada da cesta básica definida pelo Ministério da Saúde. A oferta nacional dos produtos agro-alimentares diminuiu entre 1961 e 2016, mas a linha de tendência tem uma inclinação positiva devido à evolução da produção a partir de 2009. A oferta de bens alimentares estudados não ultrapassa, na quase totalidade dos anos da série, os 50% das necessidades alimentares. Isso significa que a dieta alimentar da maioria da população é composta por bens alternativos (sucedâneos) considerados na literatura económica como "bens inferiores", por exemplo, raízes, frutos silvestres, folhas, carne de caça, entre outros.
- Verifica-se um défice da balança comercial agro-alimentar a partir de princípios da década dos anos oitenta. Até essa altura a balança comercial agro-alimentar era positiva.
- Em síntese, a agricultura não tem desempenhado as funções principais definidas para o sector depois da independência: alimentar o povo e contribuir positivamente para a balança de pagamentos. Isso revela a não consideração nas prioridades do governo em relação ao disposto no Artigo 103º da Constituição da República, que afirma, no ponto 1: "...a agricultura é a base do desenvolvimento nacional" e acrescenta no ponto 2: "O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país".

** Confira o documento na íntegra na página WEB do Observatório do Meio Rural pelo link: http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/dr-47-a--agricultura/*

***Por* Rabia Aiuba**

todos os dias ALERTAR
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

Advogado de Asia Bibi fugiu do Paquistão mas a cristã ilibada de blasfémia não poderá fazê-lo

Três dias depois do anúncio da ordem judicial para libertar Asia Bibi, paquistanesa cristã que tinha sido condenada à morte por blasfémia, o seu advogado já fugiu do país com medo de ser morto. Voltará, garante, para a defender. Vai ser preciso: para acalmar os protestos dos radicais islamistas, o Governo assinou um acordo em que promete não se opor a recursos contra a sentença do Supremo Tribunal, ao mesmo tempo que se se empenhará em impedir que ela saia para o exílio.

Texto: **Público de Portugal**

"Eles nem sequer conseguem implementar uma ordem do mais alto tribunal", lamentou-se o advogado, Saif Mulook, citado pela agência de notícias AFP. "Preciso de ficar vivo porque ainda tenho de continuar a batalha legal de Asia Bibi", explicou. Em declarações ao jornal paquistanês Express Tribune, disse que voltará ao país para defender a sua cliente, mas precisa que o Governo lhe dê protecção.

Mulook descreve como "doloroso" o acordo entretanto assinado pelo ministro dos Assuntos Religioso do Governo do Movimento pela Justiça do Paquistão (PTI), Noorul Haq Qadri, e por Pir Afzal Qadri, "número dois" do Tehreek-e-Labbaik Pakistan (TLP), partido radical fundado em 2017. Durante três dias, o TLP promoveu protestos violentos e apelou à morte dos juízes do Supremo e à revolta dos militares. Agora, todos os manifestantes detidos entre quarta e sexta-feira serão libertados e os protestos vão parar.

"O Governo aceitou quase tudo o que pedíamos", disse Afzal Qadri ao jornal The Guardian. E se recuar, assegura, "podemos sair outra vez [para a rua]".

Segundo o documento assinado, Islamabad não fará nada para impedir petições contra a libertação de Bibi e vai incluir o seu nome da chamada "lista de controlo de saída" (ELC), impedindo-a de abandonar o Paquistão quando for libertada, o que deverá acontecer nos próximos dias. "Colocar Asia Bibi na ELC é como assinar a sua ordem de execução", diz Wilson Chowdry, da Associação Cristã Anglo-paquistanesa, ouvido pelo diário britânico.

"Inimigos do Estado"

O primeiro-ministro, Imran Khan, defendeu a sentença do Supremo Tribunal e sugeriu que o seu Governo iria pôr fim aos protestos promovidos por "inimigos do Estado". Três dias de manifestações com carros e carrinhas incendiados (estragos avaliados em 800 mil euros), estradas bloqueadas e um clima de medo instalado em várias cidades parecem ter chegado para mudar de ideias. O acordo assinado pelo Governo "é uma capitulação histórica", escreveu no Twitter o colunista paquistanês Mosharraf Zaidi.

Assim que a ordem de libertação de Asia Bibi foi conhecida, a sua própria família admitiu que nunca poderiam permanecer no país (actualmente o marido e os cinco filhos já mal saem de casa). Mulook disse à BBC que ela teria de ir para um país ocidental, depois de todas as tentativas de assassínio que sofreu – a última aconteceu o mês passado, quando dois homens tentaram matá-la na prisão onde está encarcerada há mais de oito anos.

Bibi foi condenada à morte em 2010 por blasfémia depois de ter bebido água de um copo que era usado por mulheres muçulmanas. Na discussão que se seguiu, essas mulheres disseram-lhe que tinha de se converter ao islão (para que o copo deixasse de ser impuro) e alegam que Bibi fez comentários ofensivos sobre Maomé. Horas depois foi espancada em sua casa: os atacantes afirmaram que confessou ter cometido blasfémia e a polícia acabou por detê-la.

Na decisão divulgada esta semana, o Supremo Tribunal considera que o caso se baseou em provas fraquíssimas e que a alegada confissão aconteceu diante de uma multidão "que ameaçava matá-la". Nas primeiras reacções à notícia, Bibi mostrou-se incrédula. "Vão deixar-me sair? A sério?", afirmou a cristã que sempre se afirmou inocente. "É o dia mais feliz da minha vida", disse o seu advogado, antes de concluir que era "impossível" ficar no Paquistão sem temer pela vida.

Nas últimas décadas, a pequena minoria cristã do país, 1,6% da população, tornou-se no principal alvo da lei da blasfémia. Segundo os críticos, esta lei do tempo dos britânicos é frequentemente usada para obter vingança em disputas pessoais.

Ao mesmo tempo, a comunidade cristã é alvo de repetidos ataques: desde 1990, pelo menos 65 cristãos foram assassinados no Paquistão depois der terem alegadamente cometido blasfémia. O mesmo aconteceu aos responsáveis que defenderam Bibi: Salman Taseer, governador da sua província, Punjab, foi morto pelo guarda-costas em 2011; no mesmo ano foi assassinado o então ministro das Minorias, Shahbaz Bhatti.

A escassez de gasolina nas bombas da Venezuela chegou a Caracas

Várias cidades venezuelanas, entre elas Caracas, a capitals, estão sem gasolina, o que que afecta o precário transporte de passageiros e de mercadorias.

Texto: **Público de Portugal**

Caracas tem, desde sexta-feira, longas filas de viaturas com os motoristas à espera para encher os tanques de gasolina nas poucas estações de serviço que ainda têm combustível.

As filas, que nas últimas semanas se viam apenas em estados como Zúlia, Táchira, Trujillo, Cojedes, Apure, Carabobo e Lara, são agora visíveis no centro de Caracas.

Há muitas estações de combustível encerradas, uma situação que segundo a imprensa local ocorre também nos vizinhos Estados de Miranda e Arágua.

Segundo a Câmara de Transporte do Centro, 70% das viaturas que transportam mercadorias (entre elas bens alimentares) para Caracas, funcionam com gasolina.

Iván Freitas, secretário da Federação Unitária de Trabalhadores Petrolíferos da Venezuela explicou aos jornalistas que a empresa estatal Petróleos de Venezuela SA, "também não tem gasóleo para abastecer os camiões-cisterna que distribuem a gasolina".

Freitas disse que a escassez de combustível atinge 80% do território.

O Governo venezuelano, através do órgão que fiscaliza a actividade pública, anunciou que nos próximos dias 113 camiões-cisterna vão distribuir gasolina à população e atribuiu a escassez a uma "sabotagem".

"Há bombas que têm sete dispensadores e apenas dois funcionam. Isso gera filas. E temos denúncias de que estão a ser bloqueadas as peças de reposição para os camiões que distribuem gasolina", explicou um membro do Governo à Unión Rádio.

Em Agosto, o Governo venezuelano implementou um pacote de medidas económicas que eliminou cinco zeros ao bolívar forte, dando origem ao bolívar soberano.

Do pacote fez parte o aumento de impostos, a desvalorização da moeda venezuelana em relação ao dólar norte-americano e o anúncio de que a gasolina passaria de ser a mais barata do mundo para ser vendida, no país, a preços internacionais, o que ainda não aconteceu.

Sociedade

Jornadas científicas trans-disciplinares: Universidade Politécnica investe na investigação

A Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias (ESGCT), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, anunciou, na quinta-feira, 31 de Outubro, na cidade de Maputo, os vencedores da segunda edição das jornadas científicas trans-disciplinares.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Trata-se de Sameer Suleimane Sidat, graduado recentemente em economia, que foi o maior vencedor, 15 mil meticais, com o tema "Impacto das taxas de câmbio sobre a exportação de principais produtos agrícolas no período 2005 até 2015".

Para o vencedor, a escolha do tema tem que ver com o significado da agricultura em Moçambique, por ser um sector com enormes potencialidades, terras férteis e verdes e também pelo historial do país na área da agricultura.

Por sua vez, a dupla chefiada por Nelma Chongo e Cacilda Nhatitima, estudantes do curso de engenharia civil, nesta universidade, amealhou o segundo lugar, e recebeu um valor simbólico de 10 mil meticais.

Justificando a escolha do tema "A Aplicação do Betão em Estruturas Especiais" e, o estudo do caso da Ponte Maputo–Katembe, sustentou tratar-se de um assunto actual. O empreendimento, a ser brevemente inaugurado, constitui a maior ponte do continente africano, com uma extensão de aproximadamente 700 metros de betão em vão suspenso.

"Quisemos estudar o processo de produção e aplicação e os cuidados a ter para a produção deste betão. Eu aprendi o que deve ser feito numa situação de presença alcalina e neste caso foi usado o inibidor da penetração alcalina evitando a corrosão da armadura e a fissuração no futuro", frisou Nelma Chongo.

"Agradecemos o apoio e o encorajamento dos docentes da Universidade Politécnica, porque nem pensávamos em participar. Fomos convidados a falar especificamente da ponte. Os estudantes devem aceitar estes desafios para aprofundar mais o conhecimento".

Nalva Bucuane Gomes, estudante do curso de ciências jurídicas, foi a terceira classificada, e vencedora de 5 mil meticais, tendo apresentado o tema "A extradição e, a entrega do cidadão no âmbito do Direito Internacional Público e o Tribunal Penal Internacional. Para Nalva Bucuane Gomes foi interessante apresentar e discutir este assunto, porque mexe com tudo o que é esfera jurídica.

"Não tive a oportunidade de extravasar, mas sinto-me satisfeita. A extradição é um tema importante. O meu tema era mais com o intuito de clarificar o que é a extradição e os seus pressupostos", disse Nalva, dedicando o prémio ao seu tutor do curso.

Por sua vez, Sandra Brito, directora da ESGCT, referiu que a introdução das jornadas científicas trans-disciplinares visa consciencializar os estudantes da importância da pesquisa e da necessidade de terminarem o trabalho para submissão ao jurado.

A escola, conforme ressalvou Sandra Brito, está a investir muito na investigação, porque pretende ver a Universidade Politécnica a atingir lugares cimeiros no ranking das universidades africanas e até mundiais, através da qualidade dos trabalhos e teses finais.

Importa referir que a presente edição das jornadas-científicas juntou 23 proponentes, dos quais foram seleccionados 16 para a fase final, que culminou com a escolha dos três vencedores.

Mais de 80 pessoas são sequestradas em região anglófona dos Camarões

Pelo menos 81 pessoas - 79 estudantes e dois professores - foram sequestradas em um centro de ensino médio em Nkwen, cidade situada em uma das duas regiões anglófonas dos Camarões, confirmou nesta segunda-feira à Agência Efe um integrante do alto escalão das forças de segurança.

Texto: **Agências**

"Durante a noite de domingo para segunda-feira, 81 estudantes e professores foram sequestrados", disse a fonte, que pediu anonimato e afirmou que os fatos aconteceram na Escola Presbiteriana - que funciona como internato - de Nkwen, uma das comunidades que pertencem à cidade de Bamenda, capital da Região Noroeste.

O Exército, segundo esta fonte e outras consultadas, lançou uma operação para tentar descobrir o paradeiro dos sequestrados e o Governo espera os resultados da mesma para dar uma declaração oficial.

Ainda não há confirmação de quem está por trás do sequestro, mas Bamenda é uma das zonas de Camarões que registra mais ataques de grupos separatistas armados e confrontos com o Exército.

Desde o surgimento do separatismo anglófono em Camarões em 2016, os anos letivos foram afetados tanto nessa região como em Sudoeste, já que os grupos independentistas organizam constantes jornadas de paralisação da atividade nas cidades e batidas para evitar que as famílias mandem os estudantes à escola.

Além disso, os centros escolares são alvo de ataques violentos e sequestros. Nos primeiros dias do começo do ano letivo 2018-2019 em setembro, seis alunas foram sequestradas junto ao diretor de uma escola de educação primária na mesma região e um diretor de outra escola foi assassinado.

Camarões foi colónia britânica e francesa até 1960, quando se tornou independente das duas potências e instaurou um Estado federativo que perdurou até a realização de um referendo em 1972, que deu sinal verde à unificação. O inglês e o francês são idiomas co-oficiais e convivem junto a outras 250 línguas nativas.

O atual conflito começou em 2016, com manifestações e greves de professores e advogados que exigiam um uso igualitário do inglês nos tribunais e colégios e uma maior voz no Governo.

Desde a reeleição em 7 de Outubro do presidente Paul Biya, no poder de 1982, a tensão aumentou na zona anglófona, onde apareceram grupos armados como as Forças de Defesa da Ambazonia (ADF) que reivindicam a independência desta área, que compõe o 20% do território do país.

Afastado ex-chefe da espionagem alemã por críticas ao Governo

O antigo chefe dos serviços de espionagem interna da Alemanha (BfV) Hans-Georg Maassen foi esta segunda-feira afastado pelo ministro do Interior, Horst Seehofer.

Texto: **Público de Portugal**

O caso de Maassen tem várias etapas, e Seehofer apoiou-o nas anteriores – o que está agora a deixar sob fogo o próprio ministro. A primeira etapa foi a revelação de que teve contactos com o partido de direita radical AfD (Alternativa para a Alemanha). Maassen admite que houve contactos, mas nega que o objectivo tenha sido recomendar como o partido poderia evitar a vigilância dos serviços de espionagem interna (em alemão, Agência para a Protecção da Constituição ou BfV), que eram chefiados por si.

A segunda etapa foi quando Maassen pôs em causa a autenticidade de um vídeo de militantes de extrema-direita a perseguir e atacar pessoas com aparência estrangeira na cidade de Chemnitz após o homicídio de um homem por dois requerentes de asilo (fê-lo numa entrevista ao maior tablóide alemão, mas nunca apresentou qualquer indício de que as imagens pudessem ter sido manipuladas). Foi passado da chefia do BfV para um cargo no Ministério do Interior, o que foi visto por muitos como uma promoção.

Mas esta segunda-feira, Horst Seehofer declarou que Maassen, que ainda ocupava interinamente a chefia da espionagem interna até haver um substituto, deveria afastar-se e afirmou estar "pessoalmente desapontado" com as palavras do antigo protegido.

Estas foram proferidas num encontro do chamado "clube de Berna", que junta os líderes dos líderes das secretas internas dos países europeus, no dia 18 de Outubro em Varsóvia. Foram divulgadas na rede interna (Intranet) do BfV, e publicadas pelo diário Süddeutsche Zeitung.

Maassen criticou o Governo de coligação entre a CDU/CSU (a União Democrata-Cristã da chanceler, Angela Merkel, e a União Social-Cristã, o seu partido gémeo na Baviera) e o Partido Social-Democrata (SPD, centro-esquerda), dizendo que há "elementos de esquerda radical" no SPD que estão a tentar "destruir a coligação no Governo". Maassen declarou ainda ser "conhecido na Alemanha como crítico de uma política de Estrangeiros e Segurança idealista, ingénua e de esquerda", o que teria determinado a sua saída do cargo.

O modo como Maassen se referiu ao Executivo, disse Seehofer justificando o seu afastamento, foi "inaceitável" e tornou impossível uma "cooperação baseada em confiança mútua". Mas várias vozes da oposição (Verdes, Die Linke) pedem agora a demissão de Seehofer, dizendo que o caso mostra que este não está apto para continuar ministro do Interior.

Seehofer está ainda sob fogo depois de a CSU, que lidera, ter perdido a maioria absoluta no governo bávaro nas eleições recentes no estado federado, e ter abdicado dos ministérios da Economia, Educação e Ambiente para os Eleitores Livres, que será o seu parceiro de coligação.

No seu discurso, Maassen disse ainda imaginar uma vida "por exemplo na política ou finanças". Não demorou até receber um convite público: da boca de um dos líderes da AfD, Jörg Meuthen, que falou do seu "apreço" pelo antigo chefe da secreta interna: "se tiver interesse nisso, será naturalmente muito bem-vindo no nosso partido", disse Meuthen ao grupo alemão de media RND.

Febre tifóide faz dois mortos em campo de circuncisão na Zâmbia

Dois rapazes morreram e 39 outros foram internados numa enfermaria de Livingstone, no sul da Zâmbia, suspeitos de serem vítimas da febre tifoide surgida num campo de circuncisão, noticiou segunda-feira o jornal estadual Times of Zambia.

Texto: **Agências**

A febre tifóide é uma infeção bateriana que pode causar febre alta, diarreia e vómitos.

De acordo com o responsável de saúde do distrito de Livingstone, Tino Miselo, os 39 meninos, com idades entre 10 e 20 anos, estão actualmente sob observação num centro de saúde.

No entanto, Miselo, que não pôde confirmar a morte dos dois garotos antes da divulgação dos resultados dos exames laboratoriais, afirmou suspeitar que a falta de higiene no campo esteja na origem dessa epidemia.

Uma equipa de profissionais da saúde foi enviada ao campo para avaliar a situação, indicou, revelando que os residentes do distrito reclamam pelo encerramento imediato do campo.

Desporto

Apurados os vencedores do projecto de massificação do ténis do Standard Bank

Os alunos provenientes das escolas envolvidas na primeira edição do projecto de massificação do ténis, promovido pelo Standard Bank, em parceria com a Federação Moçambicana de Ténis (FMT), dominaram o pódio na categoria "Massificação" do Standard Bank Open, que arrancou no sábado, 3 de Novembro, nos courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, e que movimentou mais de 100 crianças.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Trata-se de Válter Marta (EPC Minkadjuine) e Sónia Levi (EPC de Bagamoyo-Matola), que ficaram em primeiro lugar na categoria sub-14, em masculinos e femininos, respectivamente, e Anderson Alberto (Escola Primária Amílcar Cabral), primeiro lugar nos sub-10, em masculinos.

Anderson Tibana e Cacilda Amade, ambos da EPC de Minkadjuine, ficaram em segundo lugar na categoria sub-14, em masculinos e femininos, respectivamente. Completaram o pódio Joyce e Jazara Alberto (primeiro e segundo sub-10 em femininos) e Emerson (segundo sub-10 em masculinos).

Para o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, os resultados obtidos pelos petizes demonstram que os objectivos definidos aquando da concepção do projecto de massificação nas escolas estão a ser alcançados.

"O objectivo do projecto é mesmo descobrir talentos e trazê-los à vista de todos, e podemos dizer que, sim, conseguimos. Muitos destes alunos nunca tinham tocado numa raquete ou bola de ténis mas, hoje, conseguiram sair-se bem diante de crianças que praticam a modalidade frequentemente", referiu Alfredo Mucavela.

Mais adiante, o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank assegurou a continuidade do projecto pois acredita que, de facto, "vamos descobrir mais talentos e teremos campeões que sairão desta iniciativa. É uma semente que veio para ficar".

Já o presidente da FMT, Valige Tauabo, fez uma avaliação positiva do projecto, que vem fazer jus ao apoio que o Standard Bank tem prestado ao desporto, no geral, e ao ténis, em particular.

"É gratificante saber que o projecto de massificação de ténis nas escolas já está a dar resultados num curto espaço de tempo", referiu Valige Tauabo, que fez saber que, graças a este projecto, a FMT começa a ser contactada por pais e encarregados de educação que pretendem pôr os seus filhos e educandos a praticar o ténis.

O vencedor da categoria sub-14 em masculinos, Válter Marta, mostrou-se feliz pela proeza dado que nunca tinha praticado ténis. "Foram jogos difíceis mas consegui ganhar. Espero que os vencidos não desistam e que o Standard Bank continue a apoiar a modalidade".

Por sua vez, Sónia Levi, primeiro lugar da categoria sub-14 em femininos, mais do que a vitória, realçou a interacção entre as crianças como aspectos positivos do projecto. "Estou muito feliz por ter ficado em primeiro lugar, pela segunda vez (a primeira foi na final do projecto de massificação). Gostei de participar no torneio e de ter brincado com as outras crianças".

Importa realçar que o projecto de massificação de ténis envolveu um total de 800 alunos de seis escolas das cidades de Maputo e Matola, nomeadamente EPC de Lhanguene Centro, EPC Minkadjuine, EPC Bagamoyo-Matola, EPC de Wiriyamu, Escola Primária Amilcar Cabral e a Escola Primária Lhanguene Piloto, tendo sido seleccionados 60 para a fase final, correspondentes a 10 por escola, sendo cinco em cada categoria (masculinos e femininos).

todos os dias INFRACÇÃO
A verdade em cada palavra.
www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademz
Email: averdademz@gmail.com

Moçambola: Maxaquene acaba com invencibilidade dos bi-campeões no Songo; UP e 1º e Maio acompanha Sporting na descida

O Maxaquene acabou com a invencibilidade da União Desportiva no Songo mas não conseguiu estragar a festa de coroação dos bi-campeões nacionais de futebol. A Universidade Pedagógica de Manica venceu na derradeira jornada mas o empate do Ferroviário de Nacala empurrou os docentes para a despromoção juntamente com o Sporting de Nampula e o 1º de Maio de Quelimane.

Texto: **Adérito Caldeira**

A festa de consagração dos bi-campeões nacionais de futebol não foi ofuscada pela derrota imposta pelos "tricolores" que acabaram com a invencibilidade que os "hidroeléctricos" conservavam desde a época 2017. Faustino abriu o placar no início da 2ª parte mas não conseguiu silenciar o lotado campo no Songo que minutos depois viram Lau King igualar para a equipa anfitriã. Fachi fez o tento da vitória e garantiu o 5º lugar ao Maxaquene.

O Ferroviário de Maputo encerrou o Moçambola mostrando o seu pior com mais uma derrota, desta vez diante da ENH de Vilanculo, mas ficou com a 2º lugar.

A Liga consolidou o 3º lugar derrotando o Ferroviário da Beira. Ainda na 1ª parte Kabine abriu o placar emendando para o fundo das redes um livre bem apontado por Telinho no flanco direito. O mesmo jogador ampliou depois de ganhar a bola a um defensor "beirense" a meio campo, encaminhou-se para área e colocou longe do guarda-redes do Ferroviário. Ainda houve tempo para o marcador do costume, Telinho fez o terceiro no início da 2ª parte.

Na luta pela manutenção a Universidade Pedagógica de Manica recebeu no sábado (03) e derrotou o Sporting de Nampula, equipa que termina com um record de 55 golos sofridos e apenas 20 pontos, mas a vitória foi insuficiente pois em Gaza o Ferroviário de Nacala conseguiu somar um ponto numa partida sem golos.

Os "trabalhadores" de Quelimane também foram com tudo para a capital do país, impuseram-se ao Costa do Sol mas saíram do ninho do canário com apenas 1 ponto que lhe deixou no penúltimos lugar do Campeonato.

Eis as resultados da 30ª e última jornada:

Desportivo de Nacala	1	x	0	G.D.Incomáti
U. P. de Manica	2	x	1	Sporting de Nampula
União Desp. de Songo	1	x	2	Maxaquene
Costa do Sol	2	x	2	1º Maio de Quelimane
ENH de Vilanculo	1	x	0	Fer. de Maputo
Liga Desp. de Maputo	3	x	0	Fer. da Beira
Fer. de Nampula	3	x	1	Textáfrica
Clube de Chibuto	0	x	0	Ferroviário de Nacala

A classificação final ficou desta forma ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	União Desportiva do Songo	30	17	6	6	38	26	58
2º	Ferroviário de Maputo	30	17	3	10	30	23	54
3º	Liga Desportiva de Maputo	30	15	6	9	38	25	51
4º	Ferroviário de Nampula	30	13	9	8	45	32	48
5º	Maxaquene	30	11	11	8	34	28	44
6º	Clube de Chibuto	30	11	10	9	39	24	43
7º	Textafrica	30	11	9	10	26	24	42
8º	Costa do Sol	30	9	13	8	24	16	40
9º	Ferroviário da Beira	30	10	9	11	37	29	39
10º	Desportivo de Nacala	30	10	8	12	24	25	38
10º	ENH de Vilanculo	30	10	8	11	21	27	38
12º	Incomati	30	8	11	11	19	22	35
12º	Ferroviário de Nacala	30	7	12	11	17	23	35
14º	U. Pedagógica de Manica	30	8	10	12	24	34	34
15º	1º de Maio de Quelimane	30	8	8	14	24	36	32
16º	Sporting de Nampula	30	4	8	18	19	55	20

Standard Bank Open: 64 atletas de 18 países disputam "prize money" de 30 mil USD

Arrancou no sábado, 3 de Novembro, nos courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, a oitava edição do Standard Bank Open, a maior prova de ténis e a única competição internacional da modalidade organizada no País, pontuável no ranking internacional da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP).

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Com um "prize money" global de 30 mil dólares norte-americanos (cerca de dois milhões de meticais), o Standard Bank Open é uma prova calendarizada no plano de actividades da Federação Moçambicana de Ténis (FMT) e conta com a presença de 64 atletas, maior parte dos quais provenientes de 18 países e com uma pontuação assinalável no ranking mundial.

A prova, que termina no próximo dia 17 e que visa massificar a prática do ténis no País, compreende dois torneios masculinos da modalidade (Future I e II), em singulares e pares, chancelados pela Federação Internacional de Ténis (ITF).

Para além dos dois torneios (Future I e II), o Standard Bank Open integra o campeonato nacional, que abarca provas em singulares homens e senhoras, pares homens e ainda as categorias de júniores sub-14 rapazes e meninas, sub-18 rapazes e meninas, veteranos com mais de 35 anos, veteranos com mais de 45 e pares veteranos.

Para o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank, Alfredo Mucavela, a presença de atletas estrangeiros, associada ao facto de a prova ser pontuável para o ranking da ATP, constitui uma oportunidade para os jogadores moçambicanos colherem experiência e ganharem rodagem que lhes permita disputar competições internacionais.

"Termos atletas de 18 países e bem posicionados a nível mundial significa a abertura de uma janela para os nossos praticantes do ténis poderem partilhar este momento com jogadores experientes e profissionais", considerou Alfredo Mucavela, que também se referiu às vantagens da realização desta prova em Moçambique, em particular na área do turismo.

"Mais do que organizar uma prova de ténis, estamos a participar num movimento em prol do turismo. Estes praticantes internacionais, para além de jogar, vão experimentar coisas típicas do nosso País e, quiçá, trazer outras pessoas para a prática do ténis, por exemplo", realçou o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank.

Por seu turno, o presidente da FMT, Valige Tauabo, considerou que o Standard Bank Open afigura-se como um espaço de aprendizagem e troca de experiência, do qual os atletas nacionais devem tirar o máximo proveito.

"Temos uma miscelânea de atletas nacionais e estrangeiros, sendo que os nacionais, em particular, estão a dar os primeiros passos de um jogador profissional e esperamos que obtenham pontuação para figurar no ranking da ATP", disse Valige Tauabo, para quem esta prova vai, em grande medida, ajudar os nossos atletas, "dado que muitos não conseguem participar em eventos internacionais e, por via disso, ganhar rotação".

Importa realçar que o primeiro Future conta com a participação de seis atletas moçambicanos, sendo que três deles, nomeadamente Jaime Sigaúque, Bruno Figueiredo e Jossefa Simão, entram no quadro principal de forma directa. Os restantes três (Armando Sigaúque, Badru Rosa e Miguel Gonçalves) terão de passar pela prova de qualificação para poderem fazer parte do quadro principal.

Sociedade

Para além de 155.500 milhões MT em indemnizações: COMAL ajudou a reintegrar 2.130 trabalhadores nos seus antigos postos de trabalho

A Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL) assegurou o pagamento de pouco mais de 155.500 milhões de meticais em indemnizações e salários em atraso, tendo 2.310 trabalhadores sido readmitidos nos seus antigos postos de trabalho, durante o presente quinquénio, revelou Vitória Dias Diogo, ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS).

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Estes dados foram revelados, no decurso da Reunião Nacional da COMAL, que teve como momento alto o lançamento do código de conduta dos conciliadores, mediadores e árbitros da COMAL, na última quinta-feira, 1 de Novembro, em Maputo.

Segundo a ministra, em termos percentuais o órgão mediador registou durante o período acima referido, 83,4 por cento de casos de sucesso, em arbitragem de conflitos, com maior destaque para os sectores de Segurança Privada, Construção Civil, Serviços e Comércio.

Para a Vitória Diogo, as maiores causas de falta de consenso e a consequente procura dos serviços de mediação devem-se a vários factores, nomeadamente os despedimentos sem justa causa, a falta de pagamento de salários, a falta de indemnização e a não canalização dos descontos ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

A governante salientou que, de um universo de 27.524 casos, que deram entrada nos Centros de Mediação e Arbitragem Laboral, à escala nacional, resultaram 21.968 acordos de sucesso.

Foram também desenvolvidas várias actividades de prevenção de conflitos, dentre as quais pouco mais de duas mil palestras de sensibilização e assessoria aos empregadores e trabalhadores nas empresas e, simultaneamente, foram realizadas 64 intervenções com sucesso em situações de pré-aviso de greve, paralisações e greves ocorridas neste período, visando a aproximação das partes desavindas a ultrapassar os diferendos através do diálogo.

"Por isso, a COMAL é chamada e tem a nobre missão de incrementar as acções de prevenção de conflitos, promovendo no sector produtivo, mecanismos de diálogo para a aproximação de empregadores e trabalhadores, exigindo que na sua actuação seja o catalisador do diálogo social bilateral".

A ministra frisou ainda que os profissionais da COMAL devem pautar sempre nas suas actuações, por um comportamento de isenção e imparcialidade, abstendo-se de práticas ilícitas, redobrando esforços na utilização racional dos recursos disponíveis e no combate à corrupção.

Sobre o lançamento do código de conduta dos conciliadores, mediadores e árbitros, Vitória Diogo afirmou que este instrumento irá desempenhar um papel fundamental na uniformização e padronização da actuação dos profissionais de mediação e conciliação laboral, servindo, igualmente, para detectar comportamentos desviantes e possibilitará que os utentes dos serviços afiram o desempenho dos profissionais da COMAL.

Qual é o momento ideal para um upgrade na sua hospedagem de sites

A hospedagem de sites é um dos detalhes mais relevantes quando o assunto é um projeto na internet. É graças a ela que o seu site vai estar armazenado em um servidor e disponível para ser acessado em tempo integral.

Atualmente é possível contar com empresas que disponibilizam o serviço de hospedagem de sites. A ***Hostinger*** é uma delas e traz várias opções de planos com preços bem acessíveis.

Porém, tão importante quanto escolher pela melhor empresa, é saber qual é o tipo de hospedagem ideal para o seu site e, também, quando realizar um upgrade nessa hospedagem.

O fato é que o tipo de hospedagem vai depender muito do seu tipo de projeto, do tamanho do seu site, bem como da quantidade de tráfego e elementos que ele possui.

Geralmente os usuários começam os seus projetos com planos básicos e simples, pois a maioria dos sites em sua fase inicial não necessita de recursos avançados.

No entanto, como é normal os projetos apresentarem um crescimento no decorrer do tempo, é pertinente trocar para um plano mais avançado, efetuando assim o upgrade da hospedagem.

O upgrade da hospedagem de site vai depender basicamente do ritmo do crescimento que ele apresentar. Quando você detectar um aumento no tráfego, além de comemorar (obviamente) já é bom pensar no upgrade.

Neste momento é interessante contar com a assessoria da empresa de web hosting para fazer a escolha mais acertada e termos de desempenho e upgrades.

Quando o upgrade se torna necessário?

Quem tem um site ou um blog deve estar atento para alguns aspectos indicando que um upgrade é bem-vindo. Nesse caso, os indícios mais comuns são:

Dia após dia os acessos aumentam

Um dos primeiros "sintomas" que apontam um crescimento nos acessos diários é a lentidão. Se você reparar que o seu site vem apresentando demora para abrir páginas, é bom avaliar a possibilidade de um upgrade.

O aumento de acessos sobrecarrega o plano que você escolheu para hospedar o seu site. Se você manter o mesmo plano e a lentidão persistir, você terá alguns problemas.

Para evitar prejuízos, o ideal é consultar a sua empresa de hospedagem de sites e avaliar um possível upgrade, tornando o seu site apto a receber mais acessos.

Excesso de conteúdo e recursos

Vai chegar um estágio que o seu site poderá comportar uma considerável quantidade de conteúdo, reduzindo o espaço para outras postagens.

Quanto mais páginas e mais funções o seu site tiver, o melhor a fazer é contratar para ele um plano de hospedagem com mais recursos.

Contas de e-mail

Se você utilizar em demasia os serviços de e-mail que o seu plano de hospedagem oferece, é possível que você chegue a um limite de contas de e-mail.

Nesse caso, o upgrade deve ser para um plano que possibilite a você a utilizar mais contas ou obter mais espaço em disco.

As vantagens de efetuar um upgrade de hospedagem para o seu site

Alguns benefícios são bem evidentes e podem ser detectados em pouco tempo. Se vale a comparação com um carro de corrida, um upgrade em sua hospedagem é como colocar mais potência para o seu automóvel ir mais longe e mais rápido.

Sendo assim, é possível dizer que algumas das vantagens do upgrade são:

Mais segurança

Um upgrade permite que você coloque em seu site alguns recursos importantes de segurança, tais como plugins anti-spam, anti malware e o certificado SSL. Esse último, por exemplo, é muito importante especialmente para quem gerencia lojas virtuais.

E-mails

As contas de e-mails são de grande importância para vários projetos web. Por meio deles você pode interagir com mais facilidade com os seus clientes.

Geralmente os serviços de web hosting conferem para sites iniciantes uma conta de e-mails. No entanto, diante de um possível crescimento do projeto, o ideal é avançar para um plano que permite contas de e-mails ilimitadas.

Mais sites

Dependendo do tipo do projeto, é interessante e vantajoso poder contar com vários domínios em uma mesma conta. Um upgrade de hospedagem permite essa ação.

Recursos avançados de hospedagem

Não adianta, quando o site cresce, quando ele recebe cada vez mais acessos, o upgrade deve ser feito especialmente para possibilitar aos usuários mais recursos.

Alguns desses recursos compreendem mais capacidade de armazenamento, mais memória, enfim, tudo que possibilite o seu site estar sempre online.

Conclusão

O upgrade de hospedagem é uma ação necessária para permitir que o seu investimento na web tenha a segurança e a performance que você necessita.

O seu projeto pode ser um blog pessoal ou o site da sua empresa, o fato é que, para não ficar estagnado, um plano mais avançado de hospedagem pode ser a solução.

Portanto, quando chegar a hora de efetuar um upgrade, é um indício de que o seu negócio está indo bem e está na hora de aperfeiçoá-lo. Ou seja, atender bem para atender sempre.

Desporto

Standard Bank Open: Final do Future I disputa-se este sábado

A final do Future I da oitava edição do Standard Bank Open está agendada para este sábado, 10 de Novembro, nos courts do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo.

Texto & Foto: **www.fimdesemana.co.mz**

Os dois finalistas foram encontrados entre os oito tenistas que disputaram, na quinta-feira, o acesso às semi-finais da competição. Ainda na sexta-feira será disputada a final na categoria de pares homens.

Tratam-se dos tenistas Matias Descotte, da Argentina, Yan Bondarevskiy, da Rússia, Hamid Nadaf, do Irão, Lance-Pierre Du Toit, da África do Sul, Issac Stoute, da Grã-Bretanha, Tyler Lu, dos Estados Unidos, William Bushamuka, dos Estados Unidos e Benjamim Lock, do Zimbabwe.

O representante da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Jonas Alberto, referiu que, no Future I, os atletas moçambicanos terminaram a sua caminhada. Os tenistas nacionais Jossefa Simão e Bruno Figueiredo perderam diante de adversários muito fortes.

"Há que reconhecer a grande qualidade dos tenistas estrangeiros que estão na prova, muitos deles com pontuação ATP-Associação de Tenistas Internacionais", disse Jonas Alberto, acrescentando que "o nosso objectivo é mesmo trazer o melhor do ténis mundial para a arena nacional e dar oportunidade aos nossos atletas para competir, treinar e fazer intercâmbio com atletas internacionais".

Na última terça-feira foram derrotados os irmãos Jaime e Armando Sigaúque. Jaime Sigaúque perdeu após realizar uma grande partida contra o tenista norte-americano William Bushamuka, o que para Jonas Alberto encoraja ainda mais à FMT a apostar por este tipo de provas.

"Isto tudo encoraja-nos, porque sentimos que a qualidade e o performance dos nossos atletas nos últimos três, quatro dias melhorou bastante", frisou.

Mas, o que mais impressiona nesta edição do Standard Bank Open, segundo Jonas Alberto, é a elevada qualidade dos tenistas que torna quase impossível prever quem serão os finalistas.

Por sua vez, Jossefa Simão, tenista moçambicano, considerou que participar no Standard Bank Open constitui uma experiência única, tendo em conta que se trata de um evento bastante competitivo, uma vez que os atletas pontuam para a ATP.

"É uma mais valia ter este torneio aqui em casa e jogar contra grandes tenistas, o que nos leva a concluir que ainda temos que trabalhar muito para atingir níveis mais altos", indicou.

Para Jossefa Simão, a participação dos tenistas nacionais no Future I foi positiva, apesar da sua eliminação precoce: "Ficou notória nos tenistas nacionais a falta de rodagem, porque perdemos no pormenor. Começamos muito bem uma partida, mas por falta de rodagem acabamos por perder o controlo do jogo, apesar de darmos o nosso máximo para vencer", sublinhou.

Mundo

Crianças sequestradas são libertadas em Camarões; professor e diretor ainda estão capturados

Todas as 79 crianças e um motorista sequestrados na região oeste de Camarões foram libertados nesta quarta-feira, mas o diretor e um professor da escola ainda estão sendo mantidos reféns, afirmaram autoridades.

Texto: **Agências**

Homens armados que sequestraram os jovens na segunda-feira em Bamenda, centro comercial da região anglófona de Camarões, libertaram o grupo a cerca de 18 quilómetros de distância, na cidade de Bafut, segundo o Exército.

"Graças a Deus 78 crianças e o motorista foram soltos. O diretor e um professor ainda estão com os sequestradores. Vamos continuar a rezar", disse Samuel Fonki, da Igreja Presbiteriana de Camarões, que estava envolvido nas negociações para libertar os reféns.

Ele disse que não foi pago resgate, mas não deu mais detalhes sobre as circunstâncias que levaram à libertação. Uma outra criança já havia escapado antes, acrescentou.

Anteriormente, Fonki disse que outras 11 crianças foram sequestradas pelo mesmo grupo armado no dia 31 de Outubro e depois soltas quando a escola pagou um resgate de 2,5 milhões de francos CFA (4.400 dólares) Fonki e as Forças Armadas de Camarões acusaram separatistas anglófonos de conduzirem os sequestros, mas um porta-voz separatista negou qualquer envolvimento.

Fale em segurança com o **@Verdade** *no*
Telegram *86 45 03 076*
E-Mail **averdademz@gmail.com**